

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Departamento de Psicologia**

**Fernanda Guion**

**O CONCEITO DE GÊNERO DENTRO DAS PESQUISAS NO  
CAMPO DE PSICOLOGIA**

**TAUBATÉ – SP**

**2020**

**Fernanda Guion**

**O CONCEITO DE GÊNERO DENTRO DAS PESQUISAS NO  
CAMPO DE PSICOLOGIA**

Trabalho de Graduação apresentado para  
obtenção do Certificado de Bacharel pelo  
Curso de Psicologia do Departamento de  
Psicologia da Universidade de Taubaté,

Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Régis de Toledo  
Souza

**TAUBATÉ – SP**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

G948c Guion, Fernanda

O conceito de gênero dentro das pesquisas no campo de psicologia / Fernanda Guion. -- 2020.

74 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Psicologia, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Régis Toledo de Souza, Departamento de  
Psicologia.

1. Gênero. 2. Psicologia. 3. Psicologia Social. I. Universidade de  
Taubaté. Departamento de Psicologia. Curso de Psicologia. II.  
Título.

CDD – 302

**Fernanda Guion**

**O CONCEITO DE GÊNERO DENTRO DAS PESQUISAS NO CAMPO DE  
PSICOLOGIA**

Trabalho de Graduação apresentado para  
obtenção do Certificado de Graduação de  
Bacharel pelo Curso de Psicologia do  
Departamento de Psicologia da  
Universidade de Taubaté,

Área de Concentração: Psicologia

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Régis de Toledo Souza

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr<sup>a</sup> Débora Inácio Ribeiro

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Á minha família, por estarem sempre me apoiando e acreditando em mim nos momentos difíceis. É em vocês que me inspiro pra seguir em frente, mesmo quando o medo ameaça tomar conta de mim. Obrigada por serem meu apoio constante.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço à minha família, em especial meus pais, Rinaldo e Aurora, que tornaram possível a realização desse sonho e me apoiaram em todos os momentos, eu amo imensamente vocês. Ao meu irmão Heitor, que sempre me ajudou nas dificuldades, conversando e sendo paciente. Agradeço também a minha vó Zélia, por sempre cuidar de mim, mesmo que de longe e ao meu avô Sidney, um anjo no céu, que ainda me guia em cada passo.

Agradeço aos meus amigos, aos antigos e aos novos que a universidade me proporcionou, obrigada por tornarem os momentos mais leves, descontraídos e divertidos, dividindo comigo as dificuldades da vida acadêmica.

Agradeço aos professores e professoras, nenhum discurso faz jus à importância de cada um na vida dos estudantes que passam pela universidade, obrigada por contribuírem para o nosso processo, tanto pessoal quanto profissional. Um agradecimento especial ao professor Régis de Toledo Souza, por aceitar fazer parte desse trabalho como meu orientador e seu incentivo durante toda a elaboração.

Agradeço ao meu namorado Diego, que me deu confiança e força para seguir em frente, dia após dia, e por ter sido parceiro e paciente o tempo todo.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram na realização desse projeto.

“Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar”.

Angela Davis

## RESUMO

Devido ao conceito de gênero se mostrar um aspecto intrínseco ao indivíduo, a partir do momento que este é inserido na sociedade, influenciando nas relações e a maneira como se comporta, pretendeu-se com este trabalho verificar a partir de quais teorias e conteúdos o gênero tem sido abordado pela Psicologia no Brasil. Este trabalho é justificado por poder contribuir para um maior conhecimento acerca do tema, pois se notam semelhanças e divergências entre variados tipos de pesquisa e, por meio da identificação dos assuntos que guiam esta temática, é possível destacar os pontos que estão sendo investigados. Para compor este estudo foi escolhido o método da revisão integrativa por este se mostrar abrangente, possibilitando a sumarização de informações derivadas dos mais diferentes tipos de pesquisa. O estudo foi realizado através da análise de 51 artigos, nas duas bases de dados SciELO e PePSIC, com os descritores “gênero” e “psicologia”, utilizando itens de inclusão e exclusão, sendo que para inclusão foram considerados textos que se apresentassem na forma de artigo, em português do Brasil, que tinham resumo e opção de acesso material online, enquanto para exclusão foram considerados textos que abordem de forma rasa o conceito de gênero, que não possuam resumo e que não sejam artigos, os critérios de análise seguiram o modelo de Bardin sobre análise de conteúdo, realizando a categorização dos temas semelhantes encontrados nos artigos e agrupando na mesma abordagem. Foram escolhidos os estudos que compreenderam ao período de 2000 a 2020, com o intuito de avaliar mais atualmente os tipos de pesquisas que estão sendo produzidas nas últimas duas décadas. Foi possível perceber que a Psicologia Social ocupa majoritariamente o topo no que se refere às publicações, respectivamente com 90% do total dos textos selecionados, enquanto a Psicanálise apresenta os outros 10% desses textos, sendo que as demais abordagens não foram apresentadas nos artigos. Observou-se que os temas mais recorrentes foram “Gênero na Psicologia”, seguido de “Gênero na Saúde”. Um dos resultados mais evidentes foi o quanto o campo da Psicologia Social se introduz como o mais diverso e comprometido ao retratar o conceito de gênero, visto a diferença na quantidade de pesquisas encontradas nessa abordagem. Concluiu-se, portanto, que o ambiente da Psicologia é um campo que ainda abriga muita confusão a respeito dos gêneros, principalmente no que se refere



à diferenciação entre gênero e sexualidade, em contrapartida, se apresenta como uma das áreas mais essenciais para se debater o tema, sendo possível perceber diversas intervenções e um olhar mais humano para o indivíduo.

**Palavras-chave:** Gênero. Psicologia. Psicologia Social.

## ABSTRACT

Examination of the concept of gender if it shows an intrinsic aspect to the individual, from the moment that he is inserted in society, influencing the relationships and the way he behaves, the aim of this work was to verify from which theories and contents of the gender have been approached by Psychology in Brazil. This work is justified by being able to contribute to a greater knowledge about the theme, because if there are no similarities and divergences between different types of research and, through the identification of the subjects that guide this theme, it is possible to highlight the points that are being investigated. To compose this study, the method of integrative review was chosen because it shows distribution, enabling the summary of information derived from the most different types of research. Through the analysis of 51 articles that fit the inclusion and exclusion items, it was possible to see that Social Psychology occupies the top position in terms of publications, respectively, with 90% of the total selected texts, while Psychoanalysis presents the other 10 % texts, and the other approaches were not made in the articles. Studies covering the period from 2000 to 2020 were chosen, with the aim of assessing more currently the types of research that are being produced in the last two decades. It was observed that the most recurring themes were “Gender in Psychology”, followed by “Gender in Health”. One of the most evident results was the extent to which the field of Social Psychology is introduced as the most diverse and committed to portraying the concept of gender, given the difference in the amount of research found in this approach. It was concluded, therefore, that the psychology environment is a field that still contains many fallacies regarding genders, especially with regard to the differentiation between gender and sexuality, in contrast, it presents itself as one of the most essential areas for the debater. the theme, being possible to perceive diverse interventions and a more human look for the individual.

**Keywords:** Genre. Psychology. Social Psychology. Sexuality.

## LISTA DE GÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Representatividade das abordagens analisadas.....	40
<b>Gráfico 2</b> – Quantidade de artigos por ano.....	63

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Fluxograma do processo de seleção de artigos.....	39
---	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Relação de ocorrências de temas da Psicologia Social.....	41
<b>Tabela 2</b> – Relação de ocorrências de temas da Psicanálise.....	64
<b>Tabela 3</b> – Relação de tipos de estudo por abordagem.....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVO GERAL.....	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1 UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO CONCEITO DE GÊNERO.....	15
2.2 O CONCEITO DE GÊNERO NA TEORIA DE JUDITH BUTLER .....	24
2.3 O GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	26
<b>3 MÉTODO.....</b>	<b>34</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	34
3.2 DELINEAMENTO EMPREGADO.....	34
3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	35
3.4 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS.....	37
<b>4 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>39</b>
4.1 TEMAS DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	39
<b>4.1.1 Gênero na Psicologia.....</b>	<b>41</b>
<b>4.1.2 Gênero na Saúde.....</b>	<b>48</b>
<b>4.1.3 Gênero e violência de gênero.....</b>	<b>51</b>
<b>4.1.4 Gênero e Educação.....</b>	<b>55</b>
4.2 TEMAS DA PSICANÁLISE.....	58
<b>4.2.1 Gênero e Identidade.....</b>	<b>58</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>63</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito atual de “gênero”, como consequência de sua funcionalidade, abrange diferentes áreas do conhecimento. Apesar disso, nem todas as áreas do conhecimento científico têm estudado, analisado e aplicado o conceito em sua totalidade, destacando-se nos estudos de gênero as ciências sociais, em termos de número e qualidade dos trabalhos (SCOTT, 1995).

Diante disso, o presente trabalho tem a finalidade de apresentar como o campo da psicologia tem abordado o conceito de gênero em território brasileiro, explorando juntamente quais abordagens tem se destacado mais, assim como as teorias utilizadas nas pesquisas. Por se tratar de um conceito de grande abrangência, considerando que o gênero se aplica a todas as estruturas sociais e relações do cotidiano, esta tem sido abordada por diversos pontos de vista.

Sendo assim, o gênero tem sido debatido em escolas, instituições de saúde, ambientes clínicos, na constituição familiar, na política, no trabalho, com relação à violência, nas artes e inúmeras outras áreas, podendo estar correlacionado com recortes de raça e etnias ou ignorando esse fator, assim como adotando perspectivas diversas seja social, comportamental, psicanalítica, entre outros. Isso mostra como esse tema apresenta um universo de possibilidades para ser discutido e abordado.

A importância de que ocorra esse tipo de debate é evidente nos estudos, uma vez que a maneira como se divide e designa atributos humanos a partir da polarização do gênero impacta negativamente meninos e meninas, que desde cedo tem sua subjetividade distorcida e influenciada por esse fator, que contribui para perpetuar as desigualdades entre os sexos.

Pretende-se, desta maneira, que o presente trabalho, por meio da abrangência que se busca retratar, contribua para uma análise mais elaborada e profunda da realidade regida pelo gênero, uma visão sem a qual as relações pautadas pelas construções culturais sobre as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres ainda permanecem como mistérios, envoltos na névoa da incompreensão científica sobre a sua estrutura.

Nesse caso, ao gênero atribui-se a maneira com que homens e mulheres são influenciados desde pequenos a se comportarem e guiarem, até mesmo, suas emoções e desejos para determinados aspectos, tendo uma diferenciação nítida. Percebe-se que os comportamentos de meninas e meninos são moldados a partir da infância, quando se atribui por exemplo a cor rosa para o sexo feminino e o azul para o homem, assim como são vistos em brincadeiras, enquanto a menina ganha de presente bonecas e uma cozinha para fazer comida, meninos ganham carros, armas, robôs, entre outros. O gênero então é uma característica que passa a moldar o ser humano assim que nasce, uma vez que é um aspecto cultural e histórico que vem se construindo à anos.

Por último, é importante ressaltar que atribuir à cultura toda a responsabilidade sobre o conceito de gênero é cair em uma armadilha. A Psicologia se constitui como uma área que detém um suporte grande de possibilidades e entendimento em relação a determinados fenômenos, como o gênero, desse modo, “o lado pessoal das experiências vividas dentro da cultura, quer seja ‘na cultura’ ou ‘tendo cultura’, conforme os próprios sentimentos e pensamentos” (VALSINER, 2012, p. 27).

### **1.1 Objetivo geral**

Compreender como a psicologia aborda as questões de gênero nas pesquisas.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Verificar por quais abordagens psicológicas o gênero tem sido pesquisado em âmbito nacional;
- Identificar os conteúdos dos trabalhos acadêmicos, na área da Psicologia, em relação ao gênero;
- Verificar as diferentes perspectivas apresentadas nos estudos selecionados.

### **1.3 Justificativa**

A Psicologia se mostra como uma área bem diversa, considerando todas as diferentes abordagens que a abarcam, técnicas, intervenções e demais recursos para investigar os fenômenos psicológicos, trazendo um vasto conhecimento que possibilita o estudo de um mesmo tema de diferentes formas. Como exemplos, é



possível citar o trabalho de Ribeiro (2005), que aborda a questão de gênero por meio da teoria de Freud, correlacionando com a identificação feminina primária, Bonfim e Mesquita (2020) que, em contrapartida, apresentam um debate com jovens sobre gênero e diversidade e a conexão que as escolas estabelecem com o tema, como também o trabalho de Alves et al. (2011) que propõe discutir o gênero a partir de uma perspectiva de cuidado em saúde com relação aos homens.

Portanto, uma revisão dos trabalhos produzidos na área de Psicologia em relação ao gênero se faz importante, à medida que vem a contribuir para o conhecimento e ampliação deste acerca do tema, pois destacaria as semelhanças e divergências entre os diversos tipos de pesquisa e, a partir da identificação das tendências que orientam esta temática, seria possível ressaltar quais aspectos estão sendo mais ou menos investigados.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesse referencial teórico farei inicialmente uma análise histórica do conceito de gênero a partir de Joan Scott, que de acordo com Siqueira (2008) contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento de mulheres na década de 70 e se apresenta como uma importante autora para a discussão do assunto. Posteriormente, irei me apoiar na teoria de Judith Butler, para discutir o conceito de gênero, vinculando a performatividade dos sexos e comportamentos aprendidos socialmente. Desse modo, assim, com autores que abordam o assunto das políticas públicas com relação ao gênero em âmbito nacional, mostrando quais avanços e retrocessos tivemos na política que garantem os direitos e liberdade do indivíduo quanto ao gênero.

### **2.1 Uma análise histórica do conceito de gênero**

Para compreensão do conceito de gênero no presente estudo é primordial que se faça antes de tudo uma análise histórica, pois como Joan Scott (1995) fala em seu texto “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 1).

Desse modo, cabe começar a situar que inicialmente o conceito de gênero era usado de modo figurativo pelas pessoas, para definir não pelo o que se entende atualmente, mas para denominar traços de caráter ou traços sexuais. Logo depois, feministas se apropriaram do termo de forma mais assertiva e passaram a apresentar a palavra “gênero” de uma forma mais literal, ou seja, levando a socialização e cultura pelas quais passam as relações entre os sexos (SCOTT, 1995).

Em relação ao seu uso na gramática, o conceito de gênero é concomitantemente explícito, por atribuir na linguagem regras que denominam uma atribuição entre masculino e feminino, assim como também há possibilidades não consideradas - como uma terceira categoria de linguagem, o sem sexo, o neutro. Nos estudos mais recentes, a palavra “gênero” tomou seu percurso atual começando pelas feministas americanas, que tinham o objetivo de enfatizar o caráter social das diferenças baseadas no sexo. Rejeitavam o determinismo

biológico que implicava os termos “sexo” ou “diferença sexual”, dando especial importância a crítica dos aspectos que envolviam a feminilidade (SCOTT, 1995).

Aqueles que se interessavam pelo assunto propunham que estudos sobre a mulher produziram uma importante modificação na história e modificariam os paradigmas disciplinares, uma vez que a história sempre foi relatada por homens e sobre homens. Incrementar a mulher na história seria modificar profundamente sua estrutura, pois isso não acrescentaria somente novos temas referentes a esse grupo, mas também iria questionar todo o trabalho científico produzido até o momento, uma vez que foram apagadas da história. Sendo assim, essa nova história seria reescrita de acordo com o rumo do desenvolvimento que o conceito de gênero iria se estabelecer como uma categoria de análise (SCOTT, 1995).

As pesquisadoras feministas começaram a organizar a nova história em torno de três categorias: raça, classe e gênero. O interesse por esses aspectos demonstravam o envolvimento em uma análise de sentido e natureza sobre as narrativas de opressão e o entendimento de que as desigualdades de poder se sustentavam, no mínimo, nessas três categorias. As historiadoras feministas tem se aprofundado cada vez mais na teoria, por duas razões. Até pouco tempo atrás não era produzido material que explicasse na história das mulheres as desigualdades existentes na sociedade, as experiências sociais diferentes e as continuidades e descontinuidades e a falta de abordagens nos trabalhos que questionam os poderes vigentes e buscam transformá-los. Ainda no próprio campo da pesquisa, encontra-se dificuldade diante da falta de reconhecimento dos historiadores, além de não ter sido o suficiente provar que as mulheres tiveram uma participação na história, elas são relegadas ou confinadas a um domínio separado. Portanto, o desafio passa a ser teórico em vista de todas essas dificuldades, isso exige então um estudo sobre as experiências femininas e masculinas no passado, como também a conexão entre o passado e o presente (SCOTT, 1995).

Muitas tentativas de explicar o conceito de gênero ficam presas a referências tradicionais das ciências sociais, tomando como base teorias causais e universais que limitam e desencadeiam generalizações redutivas e simples. Nas diferentes utilizações gênero pode ser um sinônimo de mulheres, o que leva ao não aprofundamento em relação à desigualdade ou poder, excluindo as mulheres da

área política. Em oposição a utilização anterior, o termo “história das mulheres” apropria-se de uma posição política, ao colocar a mulher como sujeito histórico válido. Em outra utilização gênero é usado para designar relações sociais entre os sexos, refutando explicações biológicas que reforçam que mulheres são seres subordinados, colocando a mulher em uma posição frágil por dar à luz e atribuindo superioridade ao homem pela força muscular (SCOTT, 1995).

O termo gênero acaba se solidificando como um meio de se referir à socialização e cultura, que modificam os hábitos, costumes e comportamentos. Dessa maneira, os papéis de homem e mulher são moldados, de acordo com esta definição, gênero passa a ser uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, não sendo determinado diretamente pelo sexo, nem moldando diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995).

Todas essas diferentes utilizações do termo “gênero” acabaram solidificando uma área voltada somente aos domínios estruturais e ideológicos e deixaram de se concentrar na política e diplomacia que envolve o assunto, portanto, o termo continuou irrelevante para historiadores que trabalhavam diretamente com a política e poder. Desse modo, algumas (ns) historiadoras (es) começaram a se aprofundar nesse problema, se concentrando em desenvolver uma teoria que sustentasse ao mesmo tempo se articulava no campo ideológico assim como um novo conceito capaz de modificar as estruturas e paradigmas históricos vigentes (SCOTT, 1995).

É a partir desse momento que começam a surgir novas teorias fundamentadas em modelos que apresentam não só que os comportamentos do indivíduo são influenciados por sua socialização, mas também dão base para saber como essas relações são constituídas desse modo, como funcionam e passam por mudanças (JOAN SCOTT, 1995).

É nesse momento que Scott divide as diferentes abordagens existentes em três posições teóricas:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias angloamericanas de relação do objeto (object-relation theories), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (1995, p. 77).

As teorias se basearam em explicações que apresentavam desde a “necessidade” do homem dominar as mulheres, como é o caso das teóricas do patriarcado, até em mudanças na sociedade advindas da tecnologia de reprodução, que poderia substituir a mulher como agente essencial da reprodução humana, como interpretado por Sulamith Firestone (1970). Em contrapartida, havia também as teorias que consideravam a sexualidade como o meio pelo quais as mulheres se constituíam, mas também naquilo que eram mais alienadas, assim como o é o trabalho para o marxismo, como Catherine Mackinnon formulou (SCOTT, 1995).

Há também falhas nessas teorias, como por exemplo, as teóricas do patriarcado fundamentam sua teoria numa análise ao sistema de gênero e afirmam que a desigualdade se constitui desse aspecto, mas não explicam qual a ligação que isso tem com as outras desigualdades, como também são limitantes ao falar das diferenças físicas que formam o homem e a mulher. O problema na teoria das feministas marxistas é que a partir do ponto em que se usa uma explicação “material” para falar sobre gênero isso limita outras formas de análise, pois a subordinação das mulheres vem desde antes do capitalismo. A análise da sexualidade, volta ao ponto novamente de pensar esse aspecto baseada nas relações de produção também (SCOTT, 1995).

Joan Kelly (*apud* SCOTT, 1995) tentou divergir do caminho que todas as outras historiadoras seguiram no seu ensaio “A Dupla Visão da Teoria Feminista”, abordando os sistemas econômicos e de gênero agiam concomitantemente, reproduzindo uma ordem social de caráter masculino e particular, reforçando a dominação do grupo. Kelly acabou seguindo para as mesmas problemáticas de teoria quando ao inserir uma ideia de realidade social baseada no sexo, deu mais importância ao caráter social do que o sexual, caracterizando-o em termos de relações econômicas de produção (SCOTT, 1995).

Seguindo a teoria de Foucault, em que apresenta a sexualidade como um produto de contextos históricos, a análise desse aspecto foi pesquisado mais a fundo pelas feministas marxistas americanas. O mais interessante foi que esses novos estudos trouxeram algo moderno, propuseram que se estudassem a estrutura psicológica por detrás da identidade de gênero. O ponto positivo é que não se

permite por meio dessa análise da sexualidade divergências de opiniões, e o ponto negativo é que permanece com a teoria marxista intacta, sem lhe conferir algo de novo (SCOTT, 1995).

Há também as diferentes teorias psicanalíticas, divididas pelas escolas e suas abordagens, que focam a individualidade e subjetividade do sujeito e estudam como que esses aspectos são construídos na infância a fim de compreender a formação da identidade de gênero. Algumas explicações enfatizam o caráter da experiência concreta, a criança se constitui por meio das relações com os pais e outras pessoas ao seu redor, enquanto outras abordagens focam comunicação e colocam como fundamental o papel da linguagem, como “sistemas de significação”, empregado no simbólico, que antecede a fala, leitura e escrita. Essas teorias têm chamado bastante atenção das(os) historiadoras(es) feministas nos últimos tempo, tanto por apresentarem pontos importantes nos embasamentos sobre gênero, quanto por darem sustentação aos estudos por meio de observações gerais (SCOTT, 1995).

A autora Joan Scott faz uma crítica em relação a essas teorias psicanalíticas baseadas nas formulações de Chodorow, dizendo que:

Esta interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios para ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que os arranjos sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães executem a maioria das tarefas de criação das crianças estruturam a organização da família. Mas não estão claras a origem nem as razões pelas quais eles estão articulados em termos de uma divisão sexual do trabalho. Tampouco se discute a questão da desigualdade, por oposição à da assimetria (1995, p. 11).

Na teoria de Lacan podemos perceber que a linguagem é o aspecto primordial que dá base a todas as outras coisas e é daí que se constitui a identidade generificada (gendered). Dessa forma, a imposição de regras nas relações é especificamente generificada, pois a relação feminina e masculina com o falo são divergentes, tornando a identificação de gênero extremamente instável. Como a autora coloca em seu texto “A idéia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino”. Sendo assim, a estabilidade da identificação de gênero é frequentemente ameaçada pelos desejos reprimidos no inconsciente. Além do mais, o conceito consciente de feminino e

masculino varia muito de acordo com os contextos, não são permanentes e estáveis (SCOTT, 1995).

Joan Scott (1995) demonstra sua aversão por teorias que fixam suas explicações em pontos particulares do sujeito em si, além de abranger as categorias e as relações entre masculino e feminino. Desse modo, não acrescenta nada de novo nas explicações sociais, tornando o conhecimento sobre o passado escasso. A autora coloca então o antagonismo sexual como um problema trazido por essa teoria, dizendo que há duas questões sobre isso, uma confere caráter intemporal, dizendo que não há solução a partir da história e outro que atribui o masculino-feminino como algo inerente à condição humana.

Em relação ao gênero como conceito no debate político e intelectual, mas principalmente como categoria analítica, Scott pontua:

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica (SCOTT, 1995, p. 84).

Sendo assim, é necessário que haja uma remodelação analítico e material das palavras e um crescente afastamento da “construção hierárquica da relação entre masculino e feminino” e uma luta para novas mudanças dessa relação, o que historiadoras(es) estão aplicando a algum tempo (SCOTT, 1995).

As formulações teóricas sobre o conceito de gênero são escassas e pouco exploradas ao longo do século XVIII até começo do século XX, as primeiras explicações envolvendo o assunto apresentavam a diferenciação entre masculino/feminino, “questões femininas” e identidade sexual subjetiva, mas nada havia se produzido ainda sobre gênero como uma maneira de estruturar as relações sociais e sexuais, o que só passou a ocorrer no fim do século XX. Isso gerou dificuldades para as feministas contemporâneas, tornando mais difícil incorporar o conceito de gênero nas teorias já formuladas e convencer os historiadores(as) de outras abordagens de que o gênero é um aspecto fundamental que influencia nas estruturas de relações econômicas, políticas e sociais (SCOTT, 1995).

A pesquisa sobre gênero passa a ser uma reivindicação das feministas contemporâneas para adquirir um espaço nas pesquisas e para mostrar as falhas das teorias existentes quanto a explicar as constantes desigualdades entre os sexos. O gênero então passa a ocupar um novo patamar de estudo, vai de um paradigma científico para um paradigma literário, entre os (as) pesquisadores e historiadores (as) (SCOTT, 1995).

Depois das teorias terem sido rejeitadas, sendo classificadas como estudos humanistas, a autora Joan Scott (1995) propõe que as feministas desenvolvam e foquem em novos hábitos de trabalho e outras questões pouco exploradas. Ao invés de dar-se importância para pesquisas com explicações únicas, deve-se buscar teorias que estudem processos que estão concomitantemente interligados, ao ponto de não poderem ser vistos separadamente. A autora ainda fala que devemos estar sempre atentos aos processos, focando tanto no indivíduo quanto no meio social, o que o atravessa e em sua subjetividade. É um erro generalizar e universalizar uma teoria, esta tem que estar focada no significado, só assim é possível articular ideias e construir uma base teórica sobre gênero consistente e coesa. É preciso refutar explicações que seguem o caminho de um poder social centralizado e unificado, uma vez que as relações de gênero provam que os poderes sociais entre homens e mulheres estão desiguais.

Em diante, Joan Scott (1995) irá discorrer no que sua definição de gênero está baseada. A autora diz que há duas partes e múltiplos subconjuntos que estão interligados, mas são diferenciados entre si ao mesmo tempo. O ponto central da definição de gênero está atrelado a dois aspectos: o gênero é um elemento que constitui as relações sociais baseadas nas diferenças entre sexos e é a forma original de dar significado às relações de poder. Desse modo, o gênero também implica quatro elementos relacionados entre si: os símbolos dispostos na sociedade que evocam representações simbólicas, “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas”. Sendo assim, todas as dimensões da sociedade como a religião, educação, ciência, política, entre outras, buscam atribuir características específicas para homens e mulheres, feminino e masculino.



O terceiro aspecto das relações de gênero diz respeito à fixidez, descobrir o que leva a uma natureza do debate ou da repressão na representação binária do gênero, devendo incluir uma análise política, social e das instituições. O quarto aspecto se refere à identidade subjetiva, sendo assim, Joan Scott (1995) concorda com a ideia da antropóloga Gayle Rubin sobre a importância da reprodução de gênero que a psicanálise fornece, por outro lado, o foco no indivíduo (o medo da castração como base para a identidade de gênero) não permite que se considere o cenário social.

Joan Scott (1995) define então esses quatro aspectos para estruturar sua definição de gênero, dizendo que são todos interligados, não podendo estar separados uns dos outros. A autora propõe que é possível por meio desse processo de análise para entender as relações de gênero examinar também a classe, raça e etnicidade de outros processos sociais. Mas para falar essencialmente sobre as relações de gênero é preciso focar na segunda proposição de Joan, que o gênero é uma forma original de dar significado às relações de poder. Dessa maneira, o gênero é anterior às relações de poder, sendo um meio pelo qual elas podem vir a se constituir, apesar de não se deixar explícito isso nos estudos, mesmo sendo algo fundamental nas estruturas de relações sociais, ele não ganha um papel de destaque nas teorias.

Em relação como age a função de legitimação do gênero de diferentes maneiras, Scott aponta:

Bourdieu, por exemplo, mostrou como, em certas culturas, a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas da oposição entre masculino e feminino. Gayatri Spivak fez uma análise perspicaz dos usos do gênero e do colonialismo em certos textos de escritoras britânicas e americanas. Natalie Davis mostrou como os conceitos de masculino e feminino estavam relacionados à aceitação e ao questionamento das regras da ordem social no primeiro período da França moderna. A historiadora Caroline Bynum deu nova luz à espiritualidade medieval pela importância atribuída às relações entre os conceitos do masculino e do feminino e o comportamento religioso. [...] Os/as historiadores/as da arte abriram um novo território ao extrair implicações sociais das representações literais dos homens e das mulheres. Essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado e que a diferença sexual é uma forma primária de dar significado à diferenciação (1995, p. 19).

O gênero passa a ser, desse modo, um meio para construir a história, mas é, além disso, algo que será influenciado por outras áreas também. Se o gênero se

constitui como um aspecto que influencia nas relações políticas, por exemplo, a vida política também influencia o gênero, estão interligados. Desse modo, os (as) historiadores (as) podem apresentar o gênero como algo que dá base as relações sociais (SCOTT, 1995).

A autora cita então que o gênero pode ser empreendido para se fazer uma análise em várias áreas da história e usa de exemplo a política, para estabelecer como um comparação de como o termo influencia nas relações sociais, assim como é influenciado por essas relações. Joan Scott (1995) cita os debates contemporâneos no que diz respeito aos reinados de Elizabeth I e Catarina de Medici na França, dizendo que os historiadores criticam ambas as mulheres e questionam a capacidade de governar de ambas. Outro exemplo que a autora traz se refere às relações sexuais entre homens e rapazes jovens na Idade Média Islâmica, trazendo a ideia de que naquela época havia essa influência nos modos de se relacionar entre os sexos, pois acreditava-se que as mulheres não possuíam relevância para qualquer conhecimento político ou da vida pública. Ao longo da história é percebido, como as conquistas dos homens nas guerras levou a centralização do poder, concebendo “a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar”, relegando a elas um lugar sem participação ativa na vida política, impedindo-as de ter acesso a aborto legal e salário para as mães e impondo modos de se vestir e comportar para lhes servir. Nesses exemplos, é possível ver que a diferença sexual se constitui por meio de um caráter de dominação e controle sobre as mulheres.

Joan Scott (1995) estabelece então essa conexão entre gênero e poder, dizendo que a atenção dada ao primeiro é escassa e, portanto, não é tratada como uma parte necessária para se compreender como são estabelecidas as questões de igualdade e desigualdade. Por outro lado a linguagem sempre tratou sobre a questão de gênero, mas não de maneira explícita. Por meio da linguagem é possível perceber, por exemplo, que na França os reformadores burgueses se referiam aos “trabalhadores em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados, como as prostitutas), os líderes trabalhadores e socialistas eram vistos como produtores, fortes, protetores de suas mulheres e crianças”.

Ao que se refere a relações estabelecidas entre nações, seja na política, guerra ou diplomacia, os historiadores tem se referido em termos de gênero para tratar sobre tais assuntos. Dar a vida em nome do povo e do país está indiscutivelmente ligado à questão da virilidade masculina, até mesmo valores como mostrar serviços fiéis até a morte em nome de seus dirigentes e reis criam uma conexão entre masculinidade e o poder nacional. É por meio da exclusão e dominação das mulheres que a alta política, por exemplo, estabelece sua importância e poder público, sua autoridade superior, através de um conceito generificado. Desse modo, o poder político não apenas é influenciado e atravessado pela questão do gênero, mas ele é em si um fator que delimita e estabelece tais desigualdades. Sendo assim, colocar em xeque o conceito de gênero nas relações sociais é uma ameaça direta a esse poder. Por esse motivo que tentam a todo custo conter e silenciar as críticas ao sistema, porque uma sociedade que questiona tal poder faz os pensamentos rígidos e dominantes construídos e reproduzidos por séculos ruírem (SCOTT, 1995).

Joan Scott (1995) propõe então para que haja novas mudanças na sociedade o constante questionamento, pois em si os significados de homem e mulher são ao mesmo tempo vazios e cheios de definições ainda não exploradas. A busca por novos conhecimentos e novas questões em torno desse assunto fará surgir uma história com outras perspectivas e olhares sobre o tema, redefinindo novamente as estruturas da sociedade, e analisando todos os contextos a partir de uma ótica de gênero, de classe e raça.

## **2.2 O conceito de gênero na teoria de Judith Butler**

Na sequência, discutiremos o conceito de gênero na teoria de Judith Butler, sendo importante que se apresente uma base para abordar o tema e debater sobre ele, tendo em vista que há diversas formas e teorias para analisar o assunto. A discussão que Butler propõe sobre o assunto ainda hoje é bastante atual e vem sendo usada como referência para inúmeras pesquisas e estudos, dessa forma, se mostra como uma teoria atemporal.

Para debater o conceito de gênero é necessário primeiramente situar-se no contexto político e cultural. Em certo momento, as mulheres começaram a perceber a necessidade de uma representação na política, uma vez que havia pouca ou quase nenhuma visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos,

marcadas pela falta de linguagem que as representasse de forma adequada (BUTLER, 1990).

Desse modo, é preciso que a crítica feminista se atente para a repressão das mesmas estruturas de poder das quais busca emancipação, pois a representatividade na linguagem e na política que a categoria de “mulheres” almejam são os mesmos meios pelos quais é perpetuada sua dominação (BUTTLER, 1990).

Em resumo, o conceito de gênero, na teoria queer de Judith Butler, é apresentado como algo culturalmente construído, fundamentado na performatividade de costumes, hábitos, comportamentos e estética. Para a compreensão completa da teoria é preciso exemplificar alguns termos usados nas formulações teóricas para que se tenha um conhecimento correto do termo.

De acordo com Butler (1990), o sujeito está em constante processo de mudança e evolução de seu modo de ser, portanto, é instável, sem lugar fixo no mundo. Tanto que isso é proposto em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, sendo que a autora coloca que o gênero não é fixo igual o sexo, não é causal como este.

Desse modo, se o sujeito não é estável e fixo, a única coisa possível para se atribuir a ele é dizer que o próprio gênero é construído na linguagem e pela linguagem, moldada a partir de noções religiosas, pela própria mídia, entre outros aspectos. Sendo assim, não se discute a fundo a identidade, afinal, não há o porquê se discutir algo que é impossível definir, uma vez que a questão de identidade está sendo moldada constantemente, não é fixa (BUTTLER, 1990).

Um ponto importante na teoria de Butler (1990), é que o gênero não é algo que se é, e sim algo que se faz, portanto, estamos sempre produzindo e reproduzindo modos de se vestir, de se comportar e perpassa até mesmo aspectos como o modo de comer, de se sentar, de falar e modos de sentir. Isso é percebido através de falas culturais como “meninas devem se sentar com as pernas cruzadas, falar de forma gentil e meiga, comer delicadamente”, enquanto fala-se para meninos “Não chore, isso é coisa de mulherzinha”. Sendo assim, as crianças vão se moldando por meio de falas como essas, para seguirem uma norma culturalmente estabelecida, uma

sequência de características que a autora apresenta no conceito que denomina de performatividade. É assim, por meio do *fazer o ato*, que o sujeito vai se constituindo, sendo assim, a performance é mal interpretada quando se atribui a ela uma característica de atuação, pois em si ela forma o sujeito.

Vai se construindo assim o poder nas relações, sendo estas ferramentas para estabelecer a padronização do gênero. Butler (1990) chama a atenção para isso, quando inclui na sua teoria a heteronormatividade e o objetivo de sua manutenção na sociedade. Desse modo, é possível perceber que o termo se relaciona com o conceito de heterossexualidade compulsória de Adrienne Rich (1985), que está intrinsicamente ligada com o fato de que mulheres e homens são praticamente eliciados e forçados à heterossexualidade. Sendo assim, as pessoas são levadas a padronizar seus desejos, condutas e afeto, direcionando-as para o sexo oposto.

Na teoria de Butler (1990), vemos também que o corpo natural, identificado pelo sexo, está submetido pela cultura e implicitamente, pelo gênero, dessa forma, ao corpo é produzido pelo discurso e está a serviço dele. Seguindo pela lógica da autora, ela apresenta que não é possível viver fora da norma, uma vez que o gênero é limitado pelas estruturas de poder e não há escolhas realmente livres. Mas há a possibilidade de subversão, ou seja, a criação de espaços de enfrentamento e potência coletiva.

### **2.3 O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil**

Desse modo, finalizo o referencial teórico trazendo o debate sobre o conceito de gênero nas políticas públicas de educação no Brasil à medida que tal reflexão se faz necessária para compreender como esse debate foi sendo trazido e discutido nacionalmente a partir da educação nos últimos 30 anos.

Nas últimas décadas entraram em vigor novas leis e diretrizes que abrangem o assunto de gênero e educação. É necessário apontar aqui a importância de se tratar sobre esse campo investigativo, focando principalmente em fomentar estudos e pesquisas que contribuam com debates acerca das desigualdades entre homens e mulheres e a contribuição de políticas governamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (SOUSA, 2014; GRAUPE, 2014).

Desse modo, Bucci diz que política pública se constitui como um conjunto de “ações e normas de iniciativas governamentais, visando à concretização de direitos” (2002, p. 94). Sendo assim, a política pública deve ser um mecanismo que visa buscar a efetivação de direitos e diminuição das desigualdades sociais, tornando as relações igualitárias para todos (as) (SOUSA, 2014; GRAUPE, 2014).

De acordo com Vianna e Unbehaum, as políticas públicas estruturam as principais políticas educacionais no Brasil, tanto na questão de gênero quanto de cidadania: “tomando a normatização neles prevista como expressão não só da permanência de costumes e formas de controle de um determinado momento histórico, mas também no propósito que procuram dar novos significados à prática social” (2004, p. 5).

As questões relacionadas ao gênero nas pesquisas educacionais começaram a ganhar maior destaque somente no começo dos anos 1990, implementando esforços na reivindicação de sistemas que buscavam medidas contra a desigualdade sofrida pela mulher, no âmbito das políticas públicas e do Estado. Porém, tais medidas entram em contradição, pois de um lado havia a defesa de direitos iguais para ambos os sexos, mas por outro lado havia a restrição da educação nas políticas públicas pelo Estado (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Muitas dificuldades permeiam a realidade brasileira no que concerne a discriminação de gênero nas políticas públicas de educação, além de uma escassez de estudos, análises e investigações nesse campo, onde se publica e divulga poucos trabalhos sobre o assunto. Essas dificuldades envolvem a discriminação nítida sobre as mulheres nos materiais didáticos e currículos nas instituições de ensino, o limitado acesso à educação e permanência na escola além do esperado, sobretudo das jovens grávidas, como também o fracasso escolar que marca a diferença na trajetória de meninas e meninos. A falta de estudos dentro desse campo é compatível com a mesma falta de pesquisas sobre a discussão da igualdade entre homens e mulheres mencionada na Constituição Federal de 1988 (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

O interesse das escolas e dos pesquisadores acerca de políticas públicas que diminuam a desigualdade de gênero nas instituições ainda é muito baixo, por esse motivo, há pouco desenvolvimento em relação ao assunto. Até mesmo nos cursos

profissionalizantes não se vê algum conteúdo que discuta a fundo as desigualdades de gênero no meio escolar, seja pela pouca relevância que as políticas públicas tratam sobre o tema ou a dificuldade de se pensar nessas desigualdades (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Na gramática, gênero se refere às características atribuídas ao sexo sejam em pensamentos ou comportamentos. O termo foi primeiramente utilizado, antes de entrar no dicionário, pelas feministas, como uma organização social da relação entre homens e mulheres. Recentemente, é mais utilizado para definir o caráter social das desigualdades baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico que os historiadores lhe impunham. Isso é apresentado pela historiadora americana Joan Scott (1995), com o intuito de ligar o conceito de gênero como um fator social capaz de contribuir para uma análise histórica (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Scott apresenta que muitas teorias perpetuam o antagonismo entre homens e mulheres, estabelecendo um caráter permanente e fixo de gênero, não acrescentando em nada, pois esse pensamento se direciona para o caminho do determinismo e não faz a conexão com os sistemas de poder vigentes. A autora traz a ideia de que gênero é um aspecto que pode ser analisado em qualquer contexto, seja político, econômico, entre outros, pois é construído mutuamente, tanto o contexto quanto o conceito (SCOTT, 1995).

O conceito diz respeito então a características que vão além dos corpos e dos sexos, se constituem também em valores, ideias e comportamentos ditados pela cultura, classificando o que é feminino e masculino, hétero e homossexualidade, dentro do considerado “normal” dentro das regras dos campos científico, político e jurídico (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Sendo o gênero um aspecto fundamental, que constituem as relações de poder, na cultura, está relacionado profundamente nas estruturas políticas educacionais, nas diferentes esferas e níveis de ensino. Portanto, a avaliação das políticas públicas educacionais pode se tornar importante para identificar e promover mudanças nas desigualdades entre meninas e meninos (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Vianna e Unbehaum (2004) propõe o exame da Constituição Federal (CF/88) e das mais importantes legislações e ademais planos federais da área da educação no Brasil: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10. 172/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PNC. Desse modo, as autoras buscam fazer um recorte de menos abrangente dos documentos, focando nos aspectos positivos e negativos que podem trazer para se debater gênero no campo das políticas públicas educacionais.

É importante começar situando em qual contexto as políticas públicas educacionais no Brasil passaram a se constituir. Desse modo, a Constituição Federal, LDB/1996, PNE/2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental são documentos criados em contextos históricos específicos, por esse motivo carregam costumes e valores da cultura no período que foram feitos (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Para entender o conteúdo de tais documentos é preciso levar em consideração dois tipos de análise, um situado para as questões relativas aos direitos e construção da cidadania e o outro à ideia abstrata de cidadania, cabendo ressaltar os costumes e formas de controle da época, como também propósitos que buscavam dar novos significados à prática social. Nos dois casos, a análise se baseou na teorização do conceito de gênero, com o intuito de encontrar possíveis consequências nas desigualdades de gênero na educação pública do Brasil (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Inicialmente, toma-se como ponto de partida as duas décadas finais do século XX. Sendo a década de 1980, caracterizada pela democracia, em que os cidadãos conquistaram direito ao voto nas eleições e garantia dos direitos sociais e individuais. Assim como a elaboração da nova Constituição Federal, que levou em consideração as demandas do movimento de mulheres e o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). Na década de 1990, os direitos sociais sofrem uma inclinação e a qualidade de vida da população brasileira decai, juntamente com redução das reformas políticas (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Isso começa no governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, e tem continuação no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995. Este



último implementa reformas neoliberais, que tinham o intuito de promover reformas sem aumentar as despesas e diminuir a responsabilidade do Estado com relação às políticas públicas sociais. Ficando evidente a diferença entre uma década e outra, em que 1980 é marcado como um período de conquistas de direitos sociais para as pessoas e 1990 mostra um retrocesso em relação às políticas públicas (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

As mudanças feitas no governo de Fernando Henrique Cardoso trouxeram muitas dificuldades para a população, principalmente para as pessoas mais pobres, sendo afetadas diretamente pela falta de emprego. Isso gerou um conflito enorme, já que a Constituição de 1988 garantia diversos direitos para a população, mas em contrapartida com as políticas públicas sendo afetadas por uma ótica neoliberal as populações perderam seus direitos, uma vez que o governo restringiu o acesso às pessoas argumentando problemas técnicos, má gestão, inadequação de currículos e falta de formação (VIANNA, 2004; UNBEHAUM, 2004).

Vera Peroni (2003) destaca que no período anterior, a finalidade das políticas educacionais estava ligada à qualidade de formação para a cidadania e gestão democrática, sendo assim, no período seguinte os objetivos ficam ligados à implementação de programas de avaliação, à compra de material didático, ao aprimoramento de trabalho dos professores, sem destinar os recursos para o aumento de salário.

Foi a partir da década de 90 que começaram a surgir grandes preocupações em relação ao campo da educação, como destaca Vianna e Unbehaum (2004), com a implementação de reformas federais iniciou uma abertura para novos debates e discussões “envolvendo os contestadores da matriz ideológico-doutrinária do governo de Fernando Henrique Cardoso” (2004, p. 7).

Fazendo um levantamento histórico e político dos documentos e enfatizando suas principais características, Vianna e Unbehaum (2004) relacionam os conteúdos encontrados com a ótica de gênero. A forma como o conceito de gênero é tratado na Constituição Federal, na LDB e no Plano Nacional de Educação possui três aspectos divergentes, que se referem à linguagem, o segundo em relação à questão dos direitos, no qual deixa implícita a questão do gênero e a última possui certa

ambiguidade, no qual o gênero não é visto na apresentação geral dos documentos, mas aparece rapidamente em alguns tópicos.

O primeiro aspecto percebido em relação à questão de gênero nos documentos que Vianna e Unbehaum citam é a linguagem, no que dizem:

Referimo-nos aqui a um tipo especial de linguagem, a escrita, que exclui demais formas de comunicação como a linguagem visual, auditiva, tátil ou, ainda, outras mais complexas, constituídas ao mesmo tempo de elementos diversos. Sabemos que, em nossa sociedade, o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação tem no masculino genérico a forma utilizada para expressar ideias, sentimentos e referências a outras pessoas. Contudo, essa utilização nunca é neutra. A linguagem como sistema de significação é, ela própria, expressão da cultura e das relações sociais de um determinado momento histórico. É exatamente isso que as frases desses documentos mostram (2004, p. 14).

Em relação ao aspecto que diz respeito à questão dos direitos, na qual podem estar intrinsicamente ligadas, embora de maneira disfarçada. Nas leis apresentadas, como por exemplo, a CF/1988, fica evidente a defesa da educação como direito de todos, mas percebe-se que isso não é colocado literalmente na prática. É de se supor então, que os princípios da liberdade e solidariedade estariam voltados para a dimensão do gênero como uma expressão dos direitos humanos, apesar de isso estar praticamente escondido, deixando velado as discriminações apresentadas as diferenças entre meninos e meninas presentes nas relações escolares.

A terceira forma de referência ao gênero pode ser percebida no Plano Nacional de Educação. Nele, a referência ao gênero desaparece da apresentação geral do documento, mas aparece em alguns tópicos (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

Nessa perspectiva, trazer à tona o (des)velamento das questões de gênero nas atuais políticas educacionais brasileiras aponta para duas últimas considerações. Em primeiro lugar, as relações de gênero ficam, nas leis e documentos aqui analisados, subsumidas ao discurso geral sobre direitos e valores. Podemos, pois avaliar a referência aos direitos humanos e a abertura para as demandas organizadas nas políticas públicas como algo positivo. No entanto, não podemos deixar de mencionar a falta de radicalidade quanto às demandas de gênero, sobretudo no Plano Nacional de Educação, considerando o contexto histórico em que foi produzido, quando as desigualdades de gênero em nossa sociedade já estavam no centro dos debates (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

### **3 MÉTODO**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O tipo de pesquisa escolhido para estruturar o presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa é fundamentado por meio de materiais já elaborados, sendo mais comum o uso de livros e artigos científicos, o que permite uma investigação mais abrangente em relação a pesquisas que utilizam somente fontes primárias. É importante que o pesquisador verifique a validade e veracidade das pesquisas escolhidas, uma vez que seu trabalho será estruturado a partir deles, para que não tenha a reprodução de erros é necessária uma análise profunda das informações coletadas. De acordo com Gil (2002) uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica diz respeito à possibilidade de abranger uma gama de fenômenos, além de ser um meio que facilita o conhecimento sobre fatos passados. Botelho, Cunha e Macedo (2011) dizem que a revisão narrativa e a bibliográfica estão inseridas no grupo das revisões de literatura, sendo que a última pode ser subdividida por meta análise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão integrativa.

#### **3.2 Delineamento empregado**

Optou-se aqui por delimitar a revisão integrativa, no nicho de subdivisões que compõe a revisão bibliográfica que, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), se caracteriza como a abordagem mais ampla usada em pesquisas, abrangendo tanto estudos experimentais quanto não-experimentais, para uma compreensão profunda acerca do fenômeno estudado. Esse tipo de revisão faz uso de dados da literatura teórica e empírica, podendo proporcionar uma ampla gama de aspectos: “definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular” (p. 2, 2010).

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), a palavra “integrativa” está ligada à integração de opiniões, ideias e conceitos que estruturam e dão base às pesquisas que compõe o método. Ou seja, a revisão integrativa é determinada pelo conhecimento sobre um tema específico, sendo necessário identificar, analisar e sintetizar os dados de estudos independentes obtidos a partir do assunto, contribuindo assim na discussão do estudo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010) o processo de formulação e estruturação do projeto deve seguir alguns critérios para nortear a revisão integrativa. Sendo assim, o primeiro passo diz respeito a elaboração da pergunta norteadora, o eixo pelo qual todas os outros aspectos do trabalho irão se guiar para serem construídos. O segundo passo se refere a busca ou amostragem na literatura, quais critérios serão escolhidos e quais serão descartados pra compor o estudo. O terceiro passo é a coleta de dados, que seria a identificação dos estudos selecionados e pré-selecionados, o quarto é a análise crítica desses estudos e por fim, o quinto passo seria a discussão, interpretação e análise desses resultados. E por fim, o último e sexto passo seria a apresentação da revisão integrativa, devendo ser clara e completa para que não deixe dúvidas ao leitor sobre os resultados obtidos.

Considerando todos os aspectos que a revisão integrativa abrange é relevante dizer que esse tipo de pesquisa se apresenta viável para que o presente tema sobre o conceito de gênero no campo da Psicologia seja abordado, permitindo a integração dos resultados tanto da área da saúde quanto do conceito, levando à condensação de seus aspectos comuns.

### **3.3 Procedimento para coleta de dados**

A pesquisa por artigos foi realizada através de bases de dados virtuais, limitando-se ao período de 2000 a 2020, com o intuito de abranger uma maior quantidade de trabalhos e também explorar como a o tema vem se desenvolvendo atualmente nas duas últimas décadas, utilizando o operador booleano *and* na busca pelos termos “Gênero” e “Psicologia”. De acordo com Pizzani et al. (2012), o operador booleano é utilizado para fazer a intersecção dos termos inseridos tornando a busca limitada à resultados que abordem ambos os termos escolhidos. Dessa forma, optou-se por fazer a pesquisa inserindo a palavra “Gênero” como *título* na área de campo e “Psicologia” como *todos os índices* no segundo campo. Foram escolhidas as bases *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e *Periódicos Eletrônicos em Psicologia* (PePSIC). Quanto as bases de dados uma foi selecionada devido à proximidade a área da Psicologia (PePSIC) e a segunda (SciELO) foi selecionada justamente por ser mais abrangente, possibilitando então acesso a trabalhos mais diversos que pudessem ser integrados à pesquisa.

As buscas realizadas no mês de julho do ano de 2020 resultaram em um total de 123 artigos distribuídos entre SciELO e PePSIC, contabilizando 54 e 69 respectivamente. A partir dos itens de inclusão e exclusão os resultados foram reduzidos, em cada base, a 53 e 38 assim, desconsiderando duplicatas, houve um total de 91 textos diferentes restantes. Esta etapa de pré-seleção foi realizada a partir da leitura dos resumos dos textos e segundo termos de inclusão e exclusão listados a seguir. Para a inclusão foram considerados:

- Textos que se apresentem em forma de artigo;
- Textos que abordem o Gênero como tema explorado pela Psicologia;
- Textos em português do Brasil;
- Textos que tenham resumo;
- Textos que tenham a opção de acesso material online.

Para a exclusão foram considerados:

- Textos que não sejam artigos, como entrevistas e/ou análises de entrevistas, exceto em estudos de caso e pesquisas de campo;
- Textos que não estejam em português do Brasil, mesmo que os autores sejam brasileiros;
- Textos que não possuam resumo;
- Textos que abordem de forma rasa o conceito de gênero e não como foco de pesquisa.

Após a pré-seleção, e ainda tendo como base somente a leitura dos resumos, os textos foram previamente organizados, em uma planilha, quanto à abordagem utilizada. A partir desta seleção e organização prévia os artigos foram novamente selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão adicionais. Para a exclusão foram considerados:

- Textos que não foram publicados em periódicos referentes à área de Psicologia;
- Textos que não são incluídos na coleção do Brasil;
- Textos da área da Psicologia multidisciplinar, que não tenham uma teoria específica.

Após a seleção final, 51 textos foram mantidos e organizados segundo a perspectiva teórica que abordam. Esta organização foi inicialmente realizada a partir de uma leitura dinâmica dos textos, porém alguns ainda não se mostraram totalmente específicos sendo necessária então a inclusão de novos critérios de organização. Para estes que não apresentaram uma identificação imediata foram consideradas as abordagens pelas quais os autores descreviam a temática do gênero e, quando ainda houve dúvida, foi utilizado o critério de organização a partir da linha teórica de pesquisa do autor principal, que pode ser localizada no currículo lattes disponibilizado na Plataforma Lattes.

### **3.4 Procedimento para análise de dados**

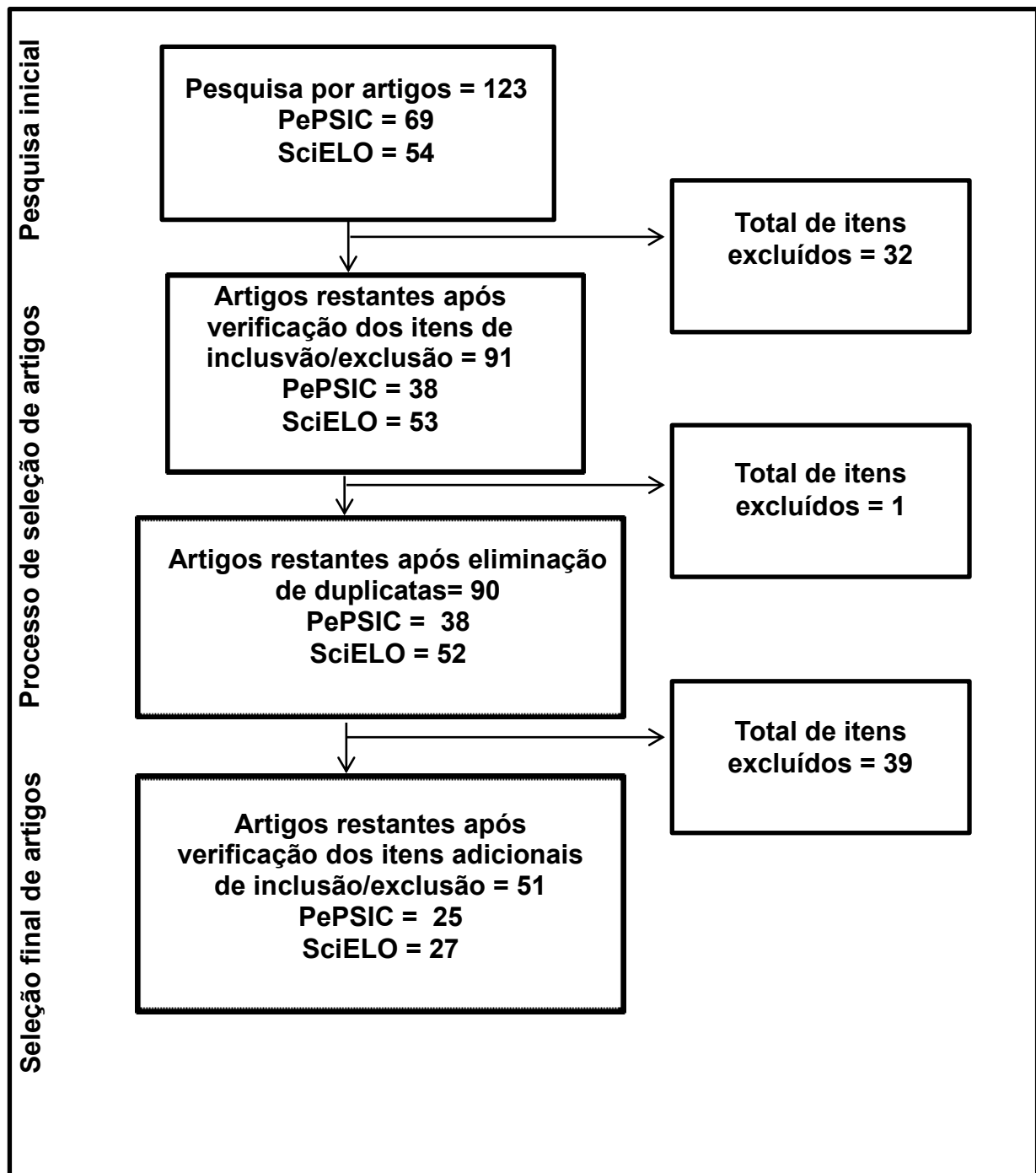
Seguindo o modelo de Bardin (1978) sobre análise de conteúdo, a autora diz que o conjunto de técnicas que fazem parte de tal procedimento é comumente usado no âmbito das comunicações, que se utiliza de instrumentos sistemáticos e objetivos com a finalidade de descrever o conteúdo das mensagens. Bardin apresenta também que o objetivo da análise de conteúdo é proporcionar um conhecimento que tenha a junção de indicadores tanto quantitativos quanto qualitativos.

Godoy (1995) apresenta que a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin se mostra como uma técnica metodológica que pode ser aplicada em diferentes discursos e a todas as formas de comunicação, independente de qual seja a natureza do seu suporte. Diante disso, esse tipo de análise faz com que o pesquisador busque compreender as características, estruturas ou modelos que se desenrolam por trás dos fragmentos de mensagens considerados. O analista então precisa se guiar por meio de duas coisas: entender o sentido da comunicação, como se fosse um mero receptor e, principalmente, aguçar o olhar, sempre em busca de outra significação, outra mensagem, enxergando através da primeira ou ao lado desta.

De acordo com Câmara (2013), a utilização de tal instrumento “em pesquisas sociais é bastante usual, pois permite a apreensão do fenômeno e do objeto de estudo por prismas, por vezes, distintos” (CÂMARA, 2013, p. 2).

A partir de cada abordagem psicológica foram identificados os diversos temas que se mostraram mais recorrentes e, para fins de análise, estes foram agrupados de acordo com as suas similaridades, considerando o mesmo grupo teórico. Para cada linha teórica foram expostos pontos básicos para o entendimento da mesma, seguido das análises de cada bloco/tema, compostas pela exposição do ponto de vista dos autores sobre os temas destacados.

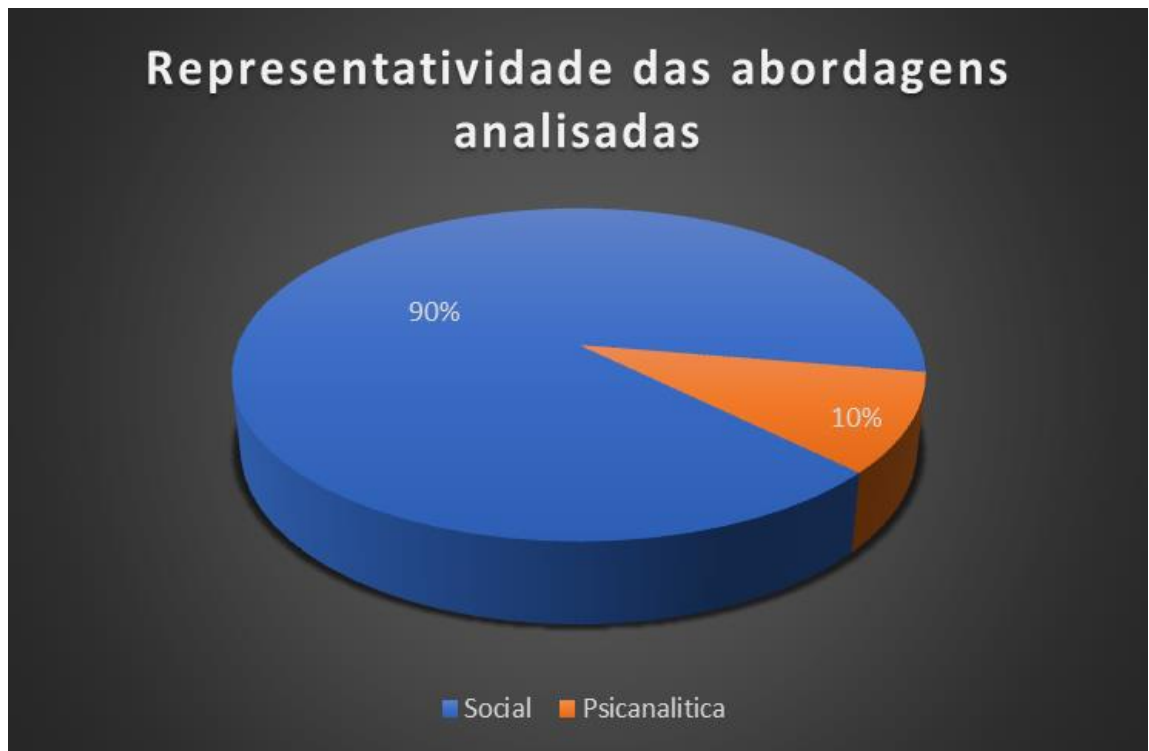
**Figura 1** – Fluxograma do processo de seleção dos artigos



#### 4. ANÁLISE DE DADOS

Os textos seleccionados foram organizados de forma decrescente em relação a representatividade das teorias psicológicas identificadas, assim a Psicologia Social contou com 46 artigos (90%), seguida pela Psicanálise com 5 artigos (10%), como mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Representatividade das abordagens analisadas



Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora.

##### 4.1 Temas da Psicologia Social

Os artigos classificados como pertencentes à abordagem da Psicologia Social apresentaram uma visão sobre gênero que buscasse se distanciar de uma visão *mainstream*, ou seja, uma cultura popular de massa, e adotar uma perspectiva que reconheça o seu contexto sócio-histórico e cultural (JESUS; GALINKIN, 2015). Desse modo, “as manifestações culturais derivam da atividade humana conjunta, assim como as características singulares do sujeito, sendo social e historicamente construídas” (WAZLAWICK et al., 2007, p. 106).



Nesta abordagem os temas mais frequentes foram *Gênero na Psicologia*, *Gênero e Saúde*, *Gênero e Educação*, *Gênero e violência de gênero*, *Gênero e política*, *Gênero e Trabalho*, *Gênero e família*, *Gênero e ruralidade*, *Gênero e trânsito*, *Gênero e sexo tarifado*, *Gênero e tráfico de drogas*, *Gênero e arte*. Sendo *Gênero e trânsito*, *Gênero e sexo tarifado*, *Gênero e tráfico de drogas*, *Gênero e arte*, *Gênero e ruralidade*, *Gênero e família* e *Gênero e trabalho* os temas menos frequentes, com uma ocorrência, os demais temas apresentaram de duas ocorrências pra cima, conforme demonstrado na tabela 1.

**Tabela 1** – Relação de ocorrências de temas da Psicologia Social.

<b>Temas da Psicologia Social</b>	<b>Ocorrências</b>
Gênero na Psicologia	9
Gênero na Saúde	8
Gênero e violência de gênero	5
Gênero e Educação	5
Gênero e política	5
Gênero e trabalho	4
Gênero e família	4
Gênero e ruralidade	2
Gênero e trânsito	1
Gênero e sexo tarifado	1
Gênero e tráfico de drogas	1
Gênero e arte	1

#### **4.1.1 Gênero na Psicologia**

No trabalho de Borges et al. (2013), os autores buscam compreender e analisar o discurso acadêmico que se dá sobre os temas de gênero e sexualidade no curso de Psicologia da PUC/Goias, uma vez que as universidades se constituem como locais onde há reprodução do saber e por sua vez podem outorgar o estatuto de verdade, ditando formas morais de comportamentos aos sujeitos.

Diante disso Borges et al. (2013) apresentam o discurso sobre gênero na Psicologia é algo bastante heterogêneo, sendo permeado por discursos epistemológicos distintos. Percebe-se, então, a construção de dois principais

posicionamentos epistemológicos. O primeiro centrado em uma visão essencialista, se refere ao paradigma das diferenças sexuais que orientou a Psicologia na primeira metade do século XX e que sugere que as diferenciações entre os sexos são inatas e estáveis. Sendo assim, o gênero é percebido como um aspecto estável, inata e bipolar de diferenciação sexual, ou seja, algo simplório como um mero caráter determinado ou um traço que descreve as personalidades e processos cognitivos. Enquanto o segundo posicionamento tem base nas estruturas empíricas, tomando como princípio a socialização dos indivíduos, entendendo gênero como o resultado das forças sociais e culturais, sendo não aprendidos, mas inatos. A distinção entre homens e mulheres passa a ser então explicado, não pela teoria das diferenças sexuais, mas pela androginia e papéis sociais, no qual os sujeitos aprendem e internalizam identidades específicas através da socialização.

Borges et al. (2013) apresenta que o problema desta última abordagem é que ela continua a ver homens e mulheres como um resultado interno e imutável dos aspectos sociais. Os autores dizem que na pós-modernidade, a perspectiva construcionista social se destaca, sendo antiessencialista e antirrealista, tendo uma visão de mundo onde os indivíduos são produtos de um processo social e que não existe essência que tornem as coisas como são.

Ao final de seu trabalho Borges et al. (2013) concluem que o ponto de vista das discussões sobre gênero ainda se concentram em um caráter fixo, apresentando que o contexto da produção acadêmica e o ensino da Psicologia ainda tem maior concentração predominante em estudos de identidades, uma visão normativa do sujeito, constituindo-se de pesquisas polarizadas e patologizadas quanto ao gênero e sexualidades.

Seguindo esse caminho, o trabalho de Melo e Barreto (2014) propõem em seu trabalho explorar quais discursos e saberes estão aparecendo nos cursos de Psicologia acerca dos temas que envolvem a diferença sexual, identidades e gênero, além de como isso repercute nos graduandos desde o começo até o fim da formação.

Melo e Barreto (2014) apresentam no estudo levantado que, o atravessamento do discurso e saberes dos graduandos refletem não somente no campo do conhecimento, mas as próprias concepções do sujeito sobre si mesmo e suas

relações. O meio age como um grande fator que influencia a construção no que se refere ao gênero, diversidade sexual e sexualidade dissidentes, sendo por meio dele que o indivíduo constrói um suposto “saber” sobre o sexo no âmbito da moral social, moldando e articulando seus conhecimentos em um modelo binário e hegemônico. Os autores dizem também que atualmente é importante colocar em pauta de discussão sobre gênero a necessidade de desconstruir a identidade demarcada pelo que se refere ao campo do desejo, de experimentação e de subjetivação. Diante disso, alguns teóricos da Teoria Queer e dos Estudos Culturais trazem uma importante discussão sobre tais problemáticas e contribuem significativamente.

Melo e Barreto (2014) mostram que há uma nítida diferença no discurso e saberes que os graduandos apresentam ao chegar à universidade pra quando eles estão saindo de tal ambiente. Com relação a isso, os saberes e verdades construídos a partir da formação em Psicologia, assim como os atravessamentos discursivos de verdades sociais e culturalmente engendradas nas relações fazem parte de um processo de construção e reconstrução. Esse processo tem a finalidade de gerar a emancipação psicossocial e cultural do indivíduo, sem classificar ou patologizar, assim como se desfazer dos reducionismos teóricos, que impedem o direito de ser. Desse modo, percebe-se que a formação em Psicologia pode favorecer também um questionamento a partir de outras vertentes, que não limitam, mas apresentam possibilidades de olhar e acolher as demandas sociais. Por outro lado, ainda há ligado a isso as produções discursivas de verdades sobre gênero e sexualidade que não pensam na subjetividade do sujeito.

Em contrapartida, Anjos e Lima (2016) abordam os temas relacionados ao gênero e sexualidade como questões incômodas para a Psicologia. Desse modo, embora esses temas sejam abordados de forma central na Psicologia, mostram-se ao mesmo tempo discutidos de uma maneira rasa e superficial, sem uma discussão franca sobre o seu papel no que se refere a debates como produção de diferença sexual, identidade de gênero e diversidade social.

Na pesquisa de Anjos e Lima (2016), os autores apontam que a Psicologia foi uma das áreas que mais contribuiu para a perpetuação e desenvolvimento de “verdades” ainda hoje a respeito da homossexualidade, por exemplo. Diante disso, a Psicologia tem calcado em sua história o preconceito e patologização de indivíduos

que fogem da normalidade estabelecida socialmente, percebe-se isso atualmente em relação a profissionais da área que ainda possuem as práticas impregnadas por um tipo de visão repleta de preconceito.

Desse modo, os autores (ANJOS; LIMA, 2016) apresentam em relação ao gênero, por mais que há uma problematização acerca da socialização das crianças para explicar as diferenças sexuais, elas não são constituídas em nível de um debate onde se considere o seu contexto histórico, econômico e político. Normalizando, assim, as regras impostas socialmente no que se refere ao desenvolvimento do gênero, é com essa base que muitos profissionais acabam orientando seu trabalho.

Diante disso, Anjos e Lima (2016) dizem que os cursos de graduação e pós-graduação em psicologia devem começar a estabelecer em suas pesquisas formulações que levem em consideração e tratem como um pressuposto epistemológico a construção performativa de gênero, revertendo o sentido das perguntas de pesquisa até então formuladas. Os estudos devem se distanciar de caminhos que levam à fixidez da sexualidade e gênero e apresentar a busca por diversidades minoritárias, expondo a fluidez da vida, da multiplicidade de sujeitos, frente às normatividades da cultura estabelecidas sobre gênero e sexualidade. Os autores destacam a suma importância desse fator, para que sejam construídos modos possíveis de trazer à produção de conhecimento em psicologia uma perspectiva melhor, no que se refere à sua participação e compromisso social no combate ao preconceito e à discriminação. Anjos e Lima (2016) partem da ideia de que é preciso fomentar uma discussão sobre os temas, que modifiquem as estruturas já pré-estabelecidas, e que passem a rever, reformular e problematizar alguns de seus conceitos que dão base e organizam a forma como entendemos a constituição dos sujeitos, muitos deles explicitamente baseados em uma lógica heteronormativa de gênero e sexualidade.

Seguindo a mesma linha, Gaspodini e Falcke (2019) investigaram em seu trabalho como pesquisadores(as) em Psicologia abordam o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Os resultados obtidos a partir dos estudos dos autores demonstraram que há uma preferência por parte dos pesquisadores de se aplicar as amostras em grupos jovens, onde geralmente há menor expressão de

preconceito, o que acaba não representando a população geral e afetando os resultados quanto ao nível de preconceito apresentado. Um dos problemas percebidos a partir do trabalho de Gaspodini e Falcke (2019) foi que muitos pesquisadores fazem o uso incorreto dos termos utilizados nos estudos, representando um impedimento em relação ao avanço de desenvolvimentos teóricos sobre os conceitos de sexualidade e gênero, confundindo ambos e gerando interpretações incorretas. Além disso, observou-se que as pesquisas tiveram um foco predominantemente sobre o preconceito que atinge homens cisgêneros e homossexuais, desconsiderando os demais públicos como a inter-relação entre normas de gênero e preconceito sexual, no qual se encontra em maior número as pessoas às margens da sociedade e aquelas que são atingidas de uma forma mais intensa pelo preconceito.

Gaspodini e Falcke (2019) concluem em sua pesquisa que é responsabilidade por parte dos profissionais na área da psicologia tomar ações que equalizem a visibilidade do preconceito que atinge de diferentes formas as pessoas estigmatizadas, seja por sua orientação sexual, identidades ou expressões de gênero ou quaisquer outros marcadores sociais da diferença. Os autores reforçam que é preocupante que se encontrem formas sutis de discriminação contra a diversidade sexual e de gênero, seja pela utilização de parâmetros inadequados como sexo, por repetir formas de tratamento inadequadas a pessoas não cisgêneras ou ainda pela negligência a existência de orientações sexuais e expressões de gênero que vão além da dicotomia heterossexual x homossexual.

Santos e Paranaíba (2018) trazem a experiência na psicologia no âmbito escolar, com a finalidade de levar a discussão sobre sexualidade e gênero para dentro das escolas, buscando desconstruir uma visão determinista e biológica sobre os temas e implementar uma visão histórica e cultural, ultrapassando as barreiras do senso comum, do conhecimento tácito e do modelo natural que se adota na educação, sendo possível compreender e entender os múltiplos determinantes dos fenômenos da subjetividade e individualidade do sujeito.

Sendo assim, Santos e Paranaíba (2018) apresentam que as diferenças em relação ao gênero e às outras formas de exclusão não podem seguir sendo ignoradas e produzindo silenciamento no ambiente escolar, é preciso que todas as

formas de expressão sejam validadas e naturalizadas. Sendo assim, é fundamental que se tenha compreensão do contexto histórico e cultural em que a sexualidade e o gênero estão inseridos e que afetam a todos, isso é percebido nas diferentes maneiras de se lidar com a diversidade no cotidiano escolar, a formação dos indivíduos inseridos dentro de normas sociais e os aspectos ideológicos a serem desvendados e enfrentados diante do fato de um aluno não ter lugar na escola, entre outros. Por fim, as autoras propõe a criação de um projeto de extensão na disciplina de estágio supervisionado em psicologia que atenda essas demandas escolares e possibilite que todos se apropriem coletivamente de conhecimentos que impactam as estruturas sociais de gênero e de sexualidade, que se desvelam como preconceituosas, excludentes e desiguais.

Adiante, o trabalho de Santos et al. (2016), busca estudar a produção em psicologia social a partir da análise de artigos sobre gênero publicados pela revista *Psicologia & Sociedade*. Os autores concluíram que no Brasil, diferentemente de outros países, não chegou a apresentar um campo delimitado como a psicologia social feminista, mesmo que várias produções apontem para isso. Em alguns momentos os resultados encontrados apontaram para uma despolarização do gênero, devido a seu uso como sinônimo de construção social da realidade, sem ligação com a estrutura de poder vigente ou uma variável descritiva, em outros momentos para os limites epistemológicos por meio de uma perspectiva subdividida da realidade.

Santos et al. (2016) apresentam também que a crítica que a terceira onda do feminismo fez sobre o universalismo do gênero e seus padrões excludentes não chegaram a causar o mesmo impacto na produção da psicologia social brasileira da revista *Psicologia & Sociedade*. Os autores colocam como imprescindível reconhecer as perspectivas e referenciais que lançam mão do conceito de gênero, buscando uma pluralidade que embase as produções em psicologia social, pois para que se fale sobre esse assunto é indispensável a contemplação de uma definição complexa e multidimensional que se aprofunde em todos os aspectos.

Costa, Nardi e Koller (2017), mostram em seu trabalho as desigualdades que permeiam as avaliações de gênero na psicologia brasileira, sendo um fator que perpetua preconceitos, sendo preciso ser reavaliado de acordo com os estudos

acerca de gênero e da psicologia feminista. A partir da análise feita pelos autores em cima do material CPS (Escala de Personalidade de Comrey) no Brasil, foi constatado que o contexto é distinto ao se deparar com as realidades norte-americana e do Brasil, desse modo, os estudos feministas na psicologia social e a avaliação psicológico se estabeleceram por meio de diretrizes distintas e poucas interfaces.

Conclui-se, partindo do estudo de Costa, Nardi e Koller (2017), que a psicologia brasileira tem sido perversa em sua maneira de tratar homens e mulheres, trans e cisgêneros. Com base nisso, as avaliações de gênero no Brasil reproduzem e dão base a mais preconceito e discriminação ao disseminar ideias de que os indivíduos não seriam capazes de determinar o seu gênero, sugerindo isso com bases científicas o que seria um corpo, uma identidade e uma performance de gênero normal. Isso contribui para que pessoas fiquem presas tanto fisicamente quanto psicologicamente às normatividades da sociedade, por não cumprirem as exigências injustas impostas sobre elas. A isso, Costa Nardi e Koller (2017) respondem, está mais do que na hora dos profissionais da psicologia se responsabilizarem pelo dano causado em pessoas e repará-los, livrando o aprisionamento de seus corpos e mentes.

Em contrapartida, Ruffino, Torres e Zambroni-de-Souza (2019), analisam a produção científica em psicologia em torno do destaque que se dá o conceito de gênero no âmbito do trabalho. Diante dos resultados obtidos a partir do trabalho, os autores chegam à conclusão de que a temática sobre gênero está sendo tratada como foco, colocando o trabalho como plano de fundo, assim como uma crítica a normalização dos papéis femininos. Assim como uma carência de estudos em psicologia do trabalho que investiguem mais profundamente sobre identidade profissional e da trabalhadora, assim como trabalho e não trabalho para mulheres e precarização do trabalho feminino.

Ruffino, Torres e Zambroni-de-Souza (2019) apresentam então por meio dos artigos analisados uma contradição que ainda permeia o meio social, no qual se atribui à constituição da mulher características e traços que contribuem situações de inferioridade com relação às suas capacidades físicas, cognitivas e conseqüentemente, laborais. Desse modo, tais aspectos são usados como

justificativas para perpetuação das barreiras implícitas para a entrada, permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho. A partir disso a discussão das relações de gênero e trabalho no campo da psicologia se constitui como um fator essencial para a promoção da autonomia e liberdade financeira, assim como da conscientização da classe trabalhadora, favorecendo uma atuação que garanta a igualdade no mundo do trabalho. Para que isso ocorra é necessário investigações na área, para que novos estudos possam auxiliar a formação e os trabalhos de intervenção de profissionais de psicologia, além de serem uma ferramenta importante no combate as desigualdades de gênero e garantia de estratégias que promovam a equidade entre os gêneros.

Por fim, o último estudo nessa área, produzido por Conceição e Auad (2010), apresenta a atividade do sociodrama de gênero como uma ferramenta importante que possibilita o contato dos indivíduos com temas que assolam a sociedade, discriminando os indivíduos e contribuindo com as diferenças sócias. Diante disso, o contato com o sociodrama permite o sujeito ter uma experiência a partir da vivencia pelo papel em que está inserido, dessa forma, o espelho psicológico gera um desconforto, fornecido pelas cenas dramáticas, e o incômodo é sentido quando a estrutura da razão é abalada, ao se passar do discurso para a ação concreta. Conceição e Auad (2010) mostram que o sociodrama de gênero se constitui como uma estratégia importante que faz emergir a frustração do individuo frente as amarras culturais, a agressividade como reação que aflora em busca de conquistar um lugar no mundo, e a perplexidade ao se experimentar o papel do outro.

#### **4.1.2 Gênero na saúde**

Alves et al. (2011) abordam em sua pesquisa a questão de gênero no cuidado da saúde de homens a partir da diferença estabelecida entre o gênero masculino e feminino em relação aos cuidados com a saúde e o acesso à Atenção Primária à Saúde (APS). Os autores fundamentam o estudo com base na análise da literatura de um relatório de pesquisa relativo à cota de PIBIC 2009-2010, da Universidade Estadual do Paraíba.



O estudo de Alves et al. (2011) demonstra que as mulheres possuem um maior cuidado consigo mesmas enquanto os homens são visto como mais vulneráveis aos aspectos psicossociais, como por exemplo, o machismo, as dificuldades de assumir a doença no trabalho e a dificuldades à acessibilidade aos serviços de saúde. A falta de procura por parte dos homens pelos serviços de saúde pode ser influenciada tanto por motivos de ordem estrutural quanto cultural. Isso se deve também ao fato de que o público masculino não está sendo o foco de atuação das equipes de saúde, portanto, acabam se engajando menos com o cuidado próprio e se tornam “invisíveis”, em relação aos serviços de APS.

Alves et al. (2011) apresentam que os fatores psicossociais contribuem bastante para a vulnerabilidade dessa parcela da população e com a identificação de tais aspectos é possível a construção de uma cultura de cuidado. Diante disso, pesquisas que investigam os homens, enquanto responsáveis pela sua saúde, se mostram importantes, gerando, assim, mudanças paradigmáticas na percepção destes indivíduos.

Nesse sentido, os resultados do trabalho de Alves et al. (2011) mostram semelhanças nos relatos sobre autocuidados e nos aspectos simbólicos sobre cuidados da saúde, tanto feminino quanto masculino. De maneira geral, percebe-se que os homens tecem explicações que giram em torno de concepções machistas, estruturadas socialmente pela performance de gênero, onde o papel desempenhado ateste a identidade ser masculino. Diante disso, a procura por serviços de saúde se encontra intrinsecamente ligada ao que se entende por ser homem. Desse modo, os homens buscam se distanciar de tudo aquilo que é atribuído socialmente ao gênero feminino: sensibilidade, cuidado, dependência, fragilidade. Tais atribuições simbólicas entre os gêneros geram comportamentos no gênero masculino que aumenta os riscos de terem doenças, lesões e mortes.

Ainda sobre esse trabalho, Alves et al. (2011) apresentam os homens só procuram as unidades de saúde quando o problema já está instalado, sendo em sua maioria hábitos de fumo e bebida, má alimentação, a ausência ou insuficiência de atividades físicas e a ínfima procura por serviços de saúde. Desse modo, uma das conclusões a que se chegou é o fato de que mulheres geralmente são as mais preocupadas com a saúde e compõem o grupo que mais procura pelos

atendimentos. Portanto, é importante que se tenha uma reavaliação dos serviços de APS, de forma a atrair diferentes públicos, principalmente homens em idade ativa. A capacitação desses profissionais é primordial para que haja uma reeducação dos hábitos pelo gênero masculino e avanço no processo de melhoria da saúde deste.

Nesse caminho, Leite et al. (2016), realizaram um trabalho com o mesmo objetivo, de investigar os sentidos atribuídos à saúde por homens na cidade de Natal/RN, explorando dois contextos, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em bairro de classe média e uma Unidade de Saúde da Família (USF) de um bairro popular. Sendo assim, a conclusão a que os autores chegaram levam a mesma linha de estudo de Alves et al. (2011), o quanto as concepções de homens estão ligadas a uma construção social masculina, do “ser homem”, como condições de exercício de uma masculinidade baseada no poder e força, assim como a atribuição do cuidado ao gênero feminino. Outro ponto em comum entre ambos os trabalhos, foi a tendência a utilização de serviços de saúde por parte dos homens somente em situações críticas, que demandam uma atenção especializada.

Martins, Abade e Afonso (2016), também seguem o mesmo tipo de estudo envolvendo o gênero e saúde, com foco na saúde do homem, mas o trabalho toma um rumo diferente em relação aos outros dois anteriores, apresentando os sentidos atribuídos a saúde do homem por grupos de graduandos em Psicologia. Sendo assim, o que se mostra é:

Observou-se que, tratando-se de sujeitos históricos que existem e se constituem em um contexto marcado pelas desigualdades de gênero, os estudantes têm o discurso marcado por concepções que ainda associam as mulheres ao cuidado e os homens ao risco e não cuidado com a saúde (MARTINS; ABADE; AFONSO, 2016, p. 179).

De acordo com Martins, Abade e Afonso (2016) ainda se estão muito presente os sentidos binários e dicotômicos nas falas dos estudantes, mostrando a importância de reformular uma proposta de formação que ultrapasse a transmissão de verdades e que prepare de fato os graduandos a se tornarem psicólogos preparados para atuar no contexto de políticas públicas.

Quando ao contexto de políticas públicas que o SUS está inserido os autores apontam:

A inclusão dos psicólogos nesse campo, marcado pela complexidade dos sujeitos que o constituem, exige uma análise crítica e, mais do que isso, a transformação constante dos projetos políticos-pedagógicos dos cursos de Psicologia. Tendo em vista o seu caráter estruturante dos modos de pensar, sentir e agir dos sujeitos, acreditamos que as teorias de gênero, se consideradas como conteúdo transversal à formação, poderão contribuir para práticas profissionais contextualizadas e para a efetividade dos princípios da equidade, universalidade e integralidade, estruturantes do SUS (MARTIS; ABADE; AFONSO, 2016, p. 180).

Ainda nesse tema no que se refere a gênero e saúde, Ruiz e Tilio (2020), apresentam em seu trabalho a finalidade de compreender as formulações discursivas sobre gênero e cuidados em saúde de homens internados de um hospital. Diante dos resultados obtidos por meio do estudo mostrou-se que é imprescindível investir na mobilização dos homens com relação ao exercício de autocuidado alicerçado em mobilizações de prevenção e promoção da saúde. Além disso, é preciso um maior investimento em relação a espaços institucionais para discutir sobre a formação dos profissionais das equipes de saúde, assim como dos princípios e diretrizes da PNAISH e do SUS, com o intuito de garantir os direitos da população masculina na saúde.

De acordo com Ruiz e Tilio (2020) é de fundamental importância a compreensão sobre as barreiras sociais e institucionais que muitas vezes acabam afastando homens dos serviços de saúde para reconhecimento das singularidades e especificidades das masculinidades, tomando isso para reformular novas práticas e modos de agir em saúde que sejam atrativos e que gere o fortalecimento de vínculos entre esses sujeitos e os serviços de saúde. Desse modo, a partir do momento em que se aborda a saúde do homem sob a perspectiva de gênero isso leva a novas estruturas quanto às possibilidades de exercício das masculinidades.

Diante dos artigos e trabalhos apresentados observou-se uma maior predominância de artigos que concentraram seu interesse na saúde do homem, levando em consideração o gênero como principal fator da resistência em se adotar práticas de saúde positivas por parte do gênero masculino.

#### **4.1.3 Gênero e violência de gênero**

Silveira, Nardi e Spindler (2014), articulam em seu trabalho a discussão entre gênero e raça em situações de violência de gênero nas relações íntimas. A partir

disso, é imprescindível falar sobre como a violência vem sendo perpetuada através dos séculos, vivida de forma silenciosa e individualizada, silenciada pelos princípios da inviolabilidade do mundo privado. Ainda se é muito recente o debate e denúncia contra as formas institucionais e não institucionais de dominação masculina, sendo a violência de gênero algo de dimensão pública e coletiva. Outra coisa que é recente também nos debates no que tange a esse assunto é que as mulheres são atingidas de diferentes formas pela dominação masculina. Quando se faz o recorte de gênero, idade, etnias e raças, assim como condições socioeconômicas, percebe-se que a violência de gênero é sofrida por mulheres de todas as camadas sociais, mas atingem de forma mais intensa aquelas que além da dominação masculina, também passam pela violência racial e pobreza. Sobre isso, Carneiro (2003) diz:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2003, p. 49).

Silveira, Nardi e Splinder (2014), abordam ainda sobre a Lei Maria da Penha e sua ineficácia quanto ao que se propõem, sendo que desde sua implantação, houveram 29.149 processos arquivados e apenas 116 julgamentos. Em relação à violência de gênero perpetrada em relações íntimas, os autores apresentam, o sujeito normalmente não é visto como “criminoso”, por ser pai de família, companheiro ou marido da vítima. Seu crime continua sendo considerado como de âmbito privado, uma vez que, ocorre majoritariamente dentro das casas. Desse modo, pode-se fazer uma ligação com a quantidade de processos judiciais arquivados em massa quanto ao discurso conservador de dominação masculina, de preservação da família e da privacidade desse tipo de violência ainda é válido para aqueles que exercem o direito brasileiro.

Sendo assim, Silveira, Nardi e Splinder (2014) concluem que as articulações entre gênero e raça nos casos de violência de gênero devem ser ampliadas pelos

estudos e discutidas com mais profundidade. Outro aspecto que sobressai é o quanto o imaginário social brasileiro é permeado por mitos de que se constitui como um exemplo de democracia racial, cultivando a ideia de que as relações de miscigenação são tranquilas e cordiais, invisibilizando situações de violência e perpetuando o silenciamento que as formas de dominação masculina instituem. Diante disso, é preciso tornar cada vez mais evidente as diferentes formas de subordinação, podendo influenciar na criação de políticas públicas mais específicas e efetivas em relação a violação de direitos no cotidiano da mulher.

Nardi e Silveira (2014), partem pelo mesmo caminho desenvolvendo a interseccionalidade gênero, raça e etnia com a Lei Maria da Penha nos discursos jurídicos de mulheres que tiveram acesso a justiça. De acordo com os autores, a violência de gênero contra as mulheres nas relações íntimas tem sido um fenômeno abordado exaustivamente no campo científico e em sua maioria discutido juntamente com aspectos culturais e sociais. Apesar disso se mostra um campo marcado pelo preconceito racial e de etnia, deixando as mulheres mais pobres à margem da sociedade, sem direitos e desamparadas pela justiça. Tal fator foi ignorado pelos (as) juízes (as), uma vez que eles não acreditam que há intersecção com a violência.

Mostrou-se também durante os momentos de entrevistas no trabalho de Nardi e Silveira (2014) falas de burocratas que negavam as questões raciais e étnicas quanto a violência de gênero sofrida por mulheres. Uma das observações foi com relação aos salões de iniciação científica, o que os autores apontaram:

Em alguns salões de iniciação científica em sessões do campo jurídico nas quais esta pesquisa foi apresentada, houve inclusive comportamentos hostis por parte de algumas bancas, os quais podem ser lidos como resistência de deslocamento do dispositivo da racialidade, principalmente pelos efeitos da branquitude nas bancas examinadoras, exclusivamente compostas por pessoas brancas. Cabe lembrar que todos/as os juízes/as entrevistados/as também eram brancos/as. A negação sobre a interseccionalidade entre as desigualdades sociais brasileiras e as relações sociais discriminatórias entre a população branca e a população negra (preta e parda) é uma das estratégias centrais do dispositivo da racialidade. Reconhecer os privilégios de se ser branco/a em nossa sociedade é um dos requisitos para desassossegurar a produção subjetiva da universalidade que a categoria de “homem branco” carrega (NARDI; SILVEIRA, 2014, p. 20).

Por fim, Nardi e Silveira (2014) concluem em seu estudo que as temáticas são complexas e exigem aprofundamento teórico e sensibilidade dos profissionais que atuam nessa área. As mulheres que procuram o auxílio do Poder Judiciário acabam sofrendo violência externa, nas relações íntimas, assim como no âmbito jurídico, através da má preparação de profissionais que não conseguem lidar com as questões trazidas por essas denúncias. Sendo assim, é primordial entender que os comportamentos femininos de submissão foram perpetuados e ao longo de séculos nas relações sociais, apresentando desigualdades gigantescas no que se refere a homens e mulheres. Em um país onde as relações são intrinsecamente atravessadas pela escravidão e racismo, é importante colocar em pauta os privilégios da branquitude da maior parte dos profissionais de direito e da psicologia, com o conseqüente reconhecimento que as mulheres negras são as mais afetadas ao acessar seus direitos. Finaliza-se com um apelo em relação a políticas públicas efetivas e necessidade de pesquisas acadêmicas que abordem esses temas despidos de preconceitos.

No trabalho de Granja e Medrado (2009) a discussão sobre a violência de gênero tem como objetivo analisar os discursos de profissionais que atuam nessa área e identificar quais posicionamentos adotam acerca de atendimentos a homens que perpetraram violência. Encontra-se nesse estudo o mesmo tipo de discurso que atravessa o senso comum, como o famoso “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, fazendo com que se perpetue a violência de gênero restrita ao âmbito privado e familiar. Dessa forma, tornar esse problema público e alvo de políticas sociais, pode vir a romper com uma verdade instituída durante muito tempo.

Por outro lado, Granja e Medrado (2009) apresentam que as estratégias discursivas seguem dois caminhos, um garante a rede de apoio para as mulheres em situações de violência e outro reivindica instrumentos mais rígidos para os homens autores dessas violências, fazendo com que nenhuma ação seja voltada para estes homens. Os autores dizem também que:

O desenvolvimento desta pesquisa nos mostrou que, no jogo das práticas discursivas, a saúde é a biológica, a violência é a física e o gênero é o feminino. Ou seja, os serviços de saúde não são ainda porta de entrada para os casos de violência contra as mulheres, apenas para raros casos, vinculados a danos físicos. Tal constatação remete a um conceito de saúde ainda centrado na doença, no biológico, e, ao mesmo tempo, a um conceito de violência como dano físico. Estão em diálogo aí duas narrativas que

pareciam ter sido rompidas. Logo, estamos diante de dois conceitos que foram ampliados mais nos atos legislativos e no plano das teorias do que na prática do setor saúde. E tal restrição parece se apresentar como obstáculo para concretização da integralidade (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 33).

Concluindo o trabalho, Granja e Medrado (2009) dizem que a integralidade se estabelece como uma das formas de lançar o olhar sobre os homens autores de violência, e ações que modifiquem seus comportamentos. Atrelado à perspectiva de gênero, que constitui o homem e a mulher como agentes performáticos e relacionais, ao mesmo tempo, que dão base a comportamentos socialmente construídos que marcam a interação entre ambos sob a violência.

Desse modo, quando falamos sobre conflito e gênero, Paulino-Pereira, Santos e Mendes (2017) contribuem para o diálogo a respeito do assunto que é preciso levar em consideração a subjetividade produzida entre *indivíduo x sociedade*. Desse modo, a construção social sobre gêneros se revela como um processo complexo e multifacetado, que molda a sociedade e institui o modo de se relacionar entre homens e mulheres. Na ambiente escolar, ainda se reproduz, de forma geral, muitos preconceitos machistas sobre a mulher, lhes conferindo menos liberdade com relação aos homens. Historicamente ao gênero feminino é sabido que se é relegado as mais diversas formas de dominação e poder e no que se refere ao gênero masculino, este se denomina como o senhor que dirige a vida social, tomando como base o modelo patriarcal como questão atrelada às relações desiguais de gênero, enquanto o sistema oprime as mulheres.

Cabe então, ressaltar aqui, que os estudos apresentaram o gênero como intrinsecamente ligado as formas de reprodução e produção de comportamentos de poder e dominação, que coloca homens e mulheres em relações extremamente desiguais, fomentando e mantendo a violência no contato com o outro gênero. Os estudos apontaram também que para que essa estrutura seja modificada é importante que haja políticas públicas eficazes para combater tais aspectos no que se refere a gênero e violência, assim como a mobilização de profissionais da saúde e a sociedade como todo em buscar questionar os modelos patriarcais instituídos.

#### **4.1.4 Gênero e Educação**

Nos artigos apresentados posteriormente, veremos quais os assuntos abordados pela Psicologia no que se refere ao gênero na educação, partindo pelo princípio que o âmbito da educação é um fator que está intrinsecamente ligado à formação do sujeito e sua subjetividade.

Nesse sentido, Bonfim e Mesquita (2020), trazem em seu trabalho reflexões feitas a partir de discussões sobre gênero e sexualidade por jovens na instituição escolar, aprofundando em como eles percebem as questões ligadas à diversidade sexual e de gênero, como a compreendem, experienciam e percebem nas relações estabelecidas na rotina escolar. É preciso que se leve em consideração que o espaço escolar é um ambiente marcado por normas e regulações, sendo assim, os autores observaram o seguinte:

Em nossa pesquisa, vimos estudantes que com suas diferentes culturas e inserções, têm, com limites e muitos desafios, questionado uma outra forma de ocupar os espaços dentro da escola e reivindicar o debate em torno do gênero e da sexualidade dentro da instituição. A partir de seus questionamentos, a escola tem a possibilidade de produzir um outro movimento, de maior fluidez, onde encontros e espaços são construídos e direcionam nossos olhares para outra produção de saberes e ações que provocam pequenas fissuras no interior da instituição (BOMFIM; MESQUITA, 2020, p. 11).

Bonfim e Mesquita (2020), apontam também que as redes de movimentos que os estudantes tem acesso se constituem como importantes aspectos na ajuda de propor e demandar da escola uma nova perspectiva sobre esse debate. Os participantes se mostraram como jovens que colaboram para a transformação da escola em um espaço democrático e aberto a debater as desigualdades entre gêneros. Percebeu-se também a importância do envolvimento de alguns professores frente a esses temas, com propostas que mobilizem a reflexão em torno de um debate igualitário para meninos e meninas.

Uma crítica apresentada no trabalho de Bonfim e Mesquita (2020) por parte dos alunos, diz respeito à falta de engajamento da escola com suas experiências afetivas e ausência de dinâmicas que contribuam com relações mais abertas. A inclusão de debates de gênero e da sexualidade de uma forma aberta e com a inclusão de todos, diz muito sobre a importância da escola em suas vidas, uma vez que influenciam diretamente no desenvolvimento de suas experiências.



Seguindo o mesmo caminho, Madureira e Branco (2015) apresentam os temas de gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores, buscando explorar suas crenças e concepções no que diz respeito a esses assuntos. O estudo é fundamentado a partir de uma visão sociocultural da psicologia, trazendo a importância dos contextos culturais em relação ao desenvolvimento do indivíduo, estabelecendo ligações que busquem efetivar práticas interdisciplinares.

Diante disso, os resultados obtidos por Madureira e Branco (2015) apontam que apesar da maioria dos participantes acreditar que a escola tem a obrigação de realizar um trabalho de educação sexual, há uma diferença enorme entre o que está nos Parâmetros Curriculares Nacionais e as práticas exercidas de fato. E quando há um atividade ou conversa que tenha como foco a educação sexual, esta se mostra limitada e rasa quanto ao atendimento das necessidades que os alunos precisam. Identificou-se em termos de formação de professores, a falta de preparo para lidar com questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola, na qual para “tampar” essa lacuna utilizam experiências e opiniões pessoais. Apresenta-se também um silenciamento sobre a dimensão prazerosa e afetiva da sexualidade, o que faz com que os discursos entre professores e alunos se afastem.

Em contrapartida, Madureira e Branco (2015) disseram que apesar da falta de conhecimento e suporte teórico dos professores quanto aos temas ligados ao gênero, sexualidade e diversidade, muitos se mostraram aptos e com desejo de aprender sobre os assuntos. Tendo a vontade de contribuir de forma positiva contra as formas de preconceito e uma formação na educação sexual mais saudável para os alunos, assim como promoção do respeito à diversidade. É essencial ressaltar a necessidade de incorporar os estudos de gênero e sexualidade nos cursos de Licenciatura, para que os futuros profissionais tenham capacitação na área e contemplem discussões que levem em consideração as raízes histórico-culturais e as bases afetivas dos preconceitos perpetuados dentro das salas de aula, assim como uma abordagem integrada ao combate a qualquer tipo de preconceito, seja de estrutura sexual ou de gênero.

Mattos (2018) percorre outro caminho ao abordar os discursos ultraconservadores e o mito da “ideologia de gênero” na educação. Sendo assim, a

autora parte de uma análise dos movimentos que defende tal ideia, dizendo que as escolas estão impondo valores a estudantes contra a vontade de suas famílias.

Diante disso, Mattos (2018) discorre que a energia despendida por grupos e movimentos ultraconservadores para combater e até mesmo criminalizar práticas pedagógicas que possuem o intuito de trabalhar com questões de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, utilizam de uma falácia como a “ideologia de gênero”. Esse termo apresenta o objetivo de acabar com conversas saudáveis e manipular discussões heterogêneas em salas de aula a respeito dos estudos de gênero e sexualidade, assim como as teorias feministas, instaurando o pânico moral da sociedade em relação a quaisquer discussões sobre a temática. Outro fato importante de se ressaltar é que as crianças não apresentaram narrativas imaturas e “ingenuidade” em relação aos temas, como os grupos ultraconservadores costumam apontar, ao contrário disso, mostraram-se ativos e com senso crítico formulado.

Mattos (2018) aponta também que é necessário que os profissionais da área estejam preparados para lidar com os desafios e críticas, evidenciando os processos de produção daquilo que é tomado por “normal”, em conjunto com estratégias que ressignifiquem determinadas ideias e concepções, o que se estabelece como uma tarefa difícil. A prática de analisar os discursos, evidenciando o que é produzido por eles, como também ocultado, é trabalhosa, mas prepara o profissional para lidar com esses tipos de desafios que aparecerem em sua carreira.

De acordo com Mattos (2018) existem inúmeros desafios ainda no que tange a implementação de debates de gêneros e sexualidade mais aprofundados, sendo a cultura social extremamente conservadora um empecilho grande para que isso aconteça, e até mesmo o próprio dogmatismo referente às práticas pedagógicas que tem a finalidade de levar a informação aos jovens, que acabam não dialogando com seus saberes e experiências.

Bueno (2006) se destaca com o seu trabalho, trazendo um importante assunto no que se refere ao gênero e educação. A autora propõe em seu estudo compreender de que forma as identidades e as representações de gênero são influenciadas pelo papel das representações sociais na educação. A autora diz com relação à identidade que:

Vivemos, pois, sob o manto de uma contradição: pela ótica da identidade, somos agentes únicos de nossas vidas, somos sujeitos de nossa história; mas pelo peso da representação social, que se atrela aos valores de uma determinada época e aos interesses da classe e do sexo hegemônico, somos atores, pois desenvolvemos papéis que são construídos fora de nossas identidades, e os representamos como se fossem nossas aspirações, convicções e crenças pessoais. Tornamos o exterior, o construído como se fosse algo vivenciado, idiossincrático, sem perceber as implicações para nossa identidade de valores que sequer repudiamos (BUENO, 2006).

Observou-se também, no trabalho de Bueno (2006), que os estereótipos impactam diretamente os gêneros. Em relação aos meninos, percebe-se o estereótipo do guerreiro, marcado pela imposição física e poder, na batalha “contra” as mulheres, constantemente em combate, distante emocionalmente de si mesmo e do sexo oposto, para passar uma imagem invulnerável. Ao passo que, meninas geralmente apresentam o estereótipo da donzela indefesa, forçadas a parecerem frágeis, inocentes e meigas. Isso limita tanto homens quanto mulheres, no sentido de que a subjetividade de ambos são reprimidas para performar um papel social que se encaixe nas normas culturais.

Bueno (2006) conclui com seu estudo que é dever do educador e de todos os funcionários e profissionais que lidam de maneira indireta ou direta com o público, seja no âmbito da saúde, da educação, jurídico ou social, questionar os padrões que mantêm a desigualdade, abordando em seus trabalhos esses aspectos. Somente desse modo é que as experiências humanas serão aceitas em sua totalidade e vistas como um caminho ideal a ser percorrido. Desse modo, é imprescindível que o gênero seja abordado como uma categoria de análise que ressalta a ação humana, tanto na área política quanto social.

#### **4.2 Temas das Psicanálise**

Os textos classificados como da abordagem Psicanalítica basearam-se nas teorias de Freud ao discorrerem sobre o aparelho psíquico, Eu, desejo, pulsão e relação com o Outro para descrever as interações do sujeito da Psicanálise, de acordo com Souza et al. (2017) este sujeito de desejo não nasce pronto, mas é constituído a partir das interações entre sujeito e o Outro, pois este apresenta àquele ao campo simbólico. Nesta linha foram identificados como mais frequentes os

seguintes temas *Gênero e identidade*, *Gênero e concepções heteronormativas*, *Gênero e homofobia* e *Gênero e transexualidade*. Conforme a Tabela 2, é possível observar que *Gênero e identidade* é o tema mais frequente, com 2 ocorrências, seguido por *Gênero e concepções heteronormativas*, *Gênero e homofobia* e *Gênero e transexualidade*, todos com 1 ocorrência.

**Tabela 2** – Relação de ocorrências de temas da Psicanálise.

<b>Temas da Psicanálise</b>	<b>Ocorrências</b>
Gênero e identidade	2
Gênero e homofobia	1
Gênero e concepções heteronormativas	1
Gênero e transexualidade	1

Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora.

#### **4.2.1 Gênero e identidade**

Silva (2006) aborda a crise da masculinidade fazendo uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. Dessa forma, o autor apresenta que na contemporaneidade isso vem sendo discutido, pois o “novo homem” estaria em crise, por não encontrar modelos identitários que revelam sua atual condição masculina.

Silva (2006) observa que a crise da masculinidade teve início com o movimento feminista ocorrido na década de 60, levando os homens a se questionarem sobre si mesmos e sua subjetividade. Em resposta a isso começaram a surgir clubes de recuperação da masculinidade (próximos dos modelos tradicionais) e grupos de discussão e psicoterapia que abordassem a construção de um novo modelo. Muitos passaram a questionar a “feminilização do masculino” com a maior visibilidade de outras sexualidades e performances de gênero, o autor destaca que:

Um resultado disso foi a conseqüente criação dos estudos masculinistas, ou men’s studies, inicialmente em países mais desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, França e Inglaterra, e o aumento de uma produção literária, a qual denominamos literatura masculinista, que tentam propor soluções para esse mal-estar do homem contemporâneo. Entendemos por literatura masculinista a produção literária dos men’s studies, ou seja, aquela que desconstruiu uma identidade masculina baseada nos idéias de masculinidade oitocentista, tradicional, e que viu na pluralidade do gênero

uma espécie de “feminilização” do masculino. A literatura masculinista ressalta, querendo ou não, uma espécie de essência identitária comum a todos os homens, não só biológica como também sexual e comportamental, criticando o modelo tradicional de masculinidade e admitindo, como verdade única, a essência pluralista dos gêneros (SILVA, 2006, p. 120).

Silva (2006) passa a apresentar dessa forma, que o que leva a atual crise da masculinidade é um estado de desprazer, de insatisfação psíquica. O assunto do que é ser homem é bastante atual, sendo que sua inserção na cultura traz tanto benefícios quanto malefícios, uma vez que o indivíduo vive em um constante paradoxo do que se aproximar e se afastar, podendo corresponder a papéis que nem sempre seja aquilo que deseja como traços identificatórios.

Silva (2006) passa a discutir então que o conflito em relação a essa crise da masculinidade se constitui por meio de dois momentos: o primeiro diz respeito a tentativa de se manter no padrões estabelecidos de identidade de gênero hegemônico, e ao mesmo tempo, diverso, fundamentados tanto em modelos tradicionais quanto modernos de masculinidade, e o segundo se refere à incapacidade de sustentar essa hegemonia quanto à subjetividade da maior parte dos homens.

Em relação ao conceito de masculinidade hegemônica o autor fala que:

está calcado nos modelos tradicionais e dos predicativos da personalidade do homem, qual seja, “machista, viril e heterossexual”, do mesmo modo em que este deve apresentar distanciamento emocional, agressividade e comportamento de risco no seu dia a dia, ou seja, um homem bem mais próximo dos modelos do cavaleiro medieval, do guerreiro oitocentista e dos grandes soldados, ao passo que os novos modelos de masculinidade têm colocado em evidência uma preocupação quanto à redefinição do papel de pai, marido, amante, trabalhador e cidadão.

Silva (2006) conclui que tanto o feminino quanto o masculino são estereótipos que estão ligados a uma crescente histeria, onde a sociedade se mostra em uma busca por uma nova estrutura de gênero, perdida com relação a onde começar. O autor apresenta que priorizar uma identidade masculina sem qualquer traço de natureza é impossível, pois levar em consideração as diversas maneiras de definir o sujeito faz com que ele sofra duplamente, seja por não conseguir se encaixar diante do que é solicitado pela mídia, pela indústria da moda, pelo padrão de beleza ou por não se achar suficientemente qualificado diante ao que é exigido pela mesma cultura

que criou seus modelos sociais e identitários. Silva (2006) propõe para a saída da crise da masculinidade atual o ideal de auto-enriquecimento de Rorty (1994-1997), onde não cabe perguntar “quem sou? Qual o meu verdadeiro eu? O que de essencial existe em mim?”, mas de se redescrever de uma forma a experimentar uma vida melhor e mais harmônica.

Em contrapartida, Ribeiro (2005) foca em seu trabalho na identificação feminina primária, com o intuito de debater a natureza da relação inicial mãe/criança, visando apresentar a visão do autor com o tema. No texto, o autor diz que as vicissitudes do desejo seriam as únicas responsáveis por gerar fatores de instabilidade e conflito entre as posições femininas e masculinas.

Ribeiro (2005) apresenta também que tanto a masculinidade quanto a feminilidade secundárias são estruturadas como uma superação defensiva e degenerativa do estado primitivo do eu. Desse modo, o mecanismo de sua formação depende, naturalmente, do estabelecimento de uma posição penetrante e penetrado, mas é influenciada principalmente no recalçamento da posição penetrado por meio de um superinvestimento fálico de todas as representações. O autor diz que é por meio do recalçamento que constitui-se efetivamente a natureza pulsional da relação de penetração e do estado do eu penetrante/penetrado que lhe é correlato.

As variações e modificações desse recalçamento secundário não serão, portanto, iguais para a menina e o menino. Ribeiro (2005) não se aprofunda nisso, mas deixa explícito que essas diferenças são, em diversos aspectos, bem mais trabalhadas e problemáticas para o menino do que para a menina. Diante disso, de modo geral, ambos poderão acolher e reconhecer com mais normalidade e naturalidade os resíduos derivados da feminilidade das origens.

Ribeiro (2005) conclui que estas reflexões definem nossa posição frente a questão sobre a primariedade ou não de um dos gêneros nas origens da psique humana. Sendo assim, todos os argumentos mostrados até aqui levam a reafirmação de uma feminilidade originária e do caráter secundário e defensivo da masculinidade. As crianças de ambos os sexos, portanto, encontrarão na masculinidade o caminho para o recalçamento dessa feminilidade originária, cuja primariedade tenderá a ser recoberta pela primazia do falo, o que leva a crer como

sendo uma espécie de verdade do recalçamento. Assim, meninos e meninas constituem seu Eu pela via da feminilidade inerente à relação de penetração, mas separam-se pela via da oposição masculino/feminino e pelo reconhecimento do valor atribuído pela mãe à masculinidade e ao falo, levando todas as crianças a se des-identificar e individualizar-se.

## 5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste trabalho foi delimitado um período de vinte anos para a seleção dos textos, com o intuito de depreender das pesquisas como o conceito de gênero vem sendo tratado na atualidade pelo campo de Psicologia. Os anos com maior frequência de publicações foram, em ordem decrescente, 2019, 2016 e 2014, nenhum dos trabalhos foi publicado nos anos de 2000, 2001, 2003, 2007 e 2008. Nos demais anos houve variações significativas de duas ou mais publicações, conforme exemplificado no Gráfico 2. O período identificado corrobora a posição dos autores sobre o gênero se apresentar como recente área de interesse de estudo da Psicologia, principalmente em relação às pesquisas nacionais.

**Gráfico 2** – Representação da quantidade de artigos por ano.



Fonte: levantamento realizado pela pesquisadora.

Mesmo que não tenha sido a intenção desta pesquisa o detalhamento ou aprofundamento dos métodos e delineamentos utilizados pelos autores, foi possível observar a diferença entre estudos empíricos e teóricos por abordagem, conforme exemplificado na Tabela 3.



**Tabela 3** - Relação de tipos de estudo por abordagem.

Tipo	Social	Psicanálise	Total
Empírico	25	0	25
Teórico	21	5	26

Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora.

A partir da leitura e classificação dos textos, foi possível observar que dois autores se destacaram pela frequência com que apareceram, seja como autor principal ou colaborador, a saber os textos de Henrique Caetano Nardi (COSTA; NARDI; KOLLER, 2017); (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014); (SILVEIRA; NARDI, 2014) e Raquel da Silva Silveira (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014); (SILVEIRA; NARDI, 2014).

A Psicologia Social se destacou como abordagem mais comprometida em estudar os assuntos que envolvem a questão de gênero, aparecendo majoritariamente nos textos lidos, enquanto que abordagens como a Comportamental, Humanista e Analítica não apresentaram nenhum artigo que preenchesse os critérios de inclusão no trabalho. Em contrapartida, a Psicanálise apresentou alguns temas em relação ao gênero, mas se apresentaram de uma forma pouco aprofundada e sem trazer conhecimento atual.

Sendo assim, foi apontado que o gênero influencia o modo como homens estão se importando com sua própria saúde, visto que consideram o cuidado algo relacionado ao “universo feminino”, e que, caso adaptem seu comportamento e passem a cuidar mais da saúde, serão considerados menos viris e masculinos. Isso aponta para um quadro preocupante, visto que os homens estão em menor número quanto se trata de atendimento a saúde, tanto psicológico quanto físico, levando a propensão de desenvolverem mais doenças e maior possibilidade de virem a óbito.

Foi percebido que o gênero é um aspecto que perpetua a violência contra as mulheres, uma vez que para exercer o poder de dominação, os homens a submetem a maus tratos e agressões, seja psicológicas ou físicas. Outro fator pra se levar em consideração é a quantidade de mulheres que levam à justiça as agressões sofridas

e em pouquíssimos casos as medidas devidas são tomadas, muitas vezes, fazendo a mulher passar por violências duas vezes, uma pelo parceiro e outro na justiça.

Nas pesquisas feitas na área de Psicologia, percebeu-se que poucos são os estudos publicados na área. Os autores apontam que apesar do gênero se apresentar como um aspecto que vem sendo abordado e discutido nos últimos anos, principalmente no se refere ao movimento feminista, muito pouco tem sido produzido no âmbito científico. Os avanços na área da Psicologia além de estarem sendo poucos, considerando que tal área foi uma das que mais contribuíram para se criar e perpetuar conhecimentos preconceituosos até hoje.

Foi apontada a confusão em relação aos textos na hora de se fazer a separação entre sexualidade, sexo e gênero, sendo que por vezes o assunto abordado se referia ao gênero, mas a teoria apontava para a sexualidade e vice-versa. É preocupante no que tange a esses temas que ainda há dificuldade para se fazer a separação entre um e outro, pois ainda percebe-se uma visão de que a sexualidade do indivíduo é o que irá determinar as características externas e internas de homens e mulheres, retirando o gênero de jogo no que concerne à práticas, regras, normas e hábitos estabelecidos pela cultura e sociedade que explicam tal aspecto.

Observou-se a falta de debates e diálogos na escola que tem como tema o gênero e outras diferenças, levando as instituições escolares a seguirem o mesmo molde da sociedade, machista e perpetuadora de violências entre meninos e meninas. Diante disso, pode-se ressaltar a falta de preparo dos professores ao lidarem com essas diferenças entre os gêneros, podendo ser um aspecto constituinte de desigualdades, levando em consideração que tal ambiente ainda não está preparado o diálogo acerca do gênero.

Em relação a outra visão no que concerne ao âmbito do inconsciente e do Eu, a relação entre mãe e filho (a) desponta como o aspecto central no que concerne a mudança e concentração dos investimentos libidinais a um gênero ou a outro. Sendo assim, o complexo edípico vem para formar as representações simbólicas quanto ao que é ser menina e menino.

Como observado o gênero foi de várias maneiras relacionado tanto à aspectos de formação do Eu, inconscientes e simbólicos quanto estudados por uma perspectiva social, levando em consideração as influências sócias e modo como esta atinge a subjetividade do individuo. Diante do exposto, os estudos na área ainda são poucos e esse fato se demonstra preocupante no que concerne a sua importância e a urgência de desconstruir certos preconceitos até hoje que constituem as desigualdades entre os gêneros.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi verificado neste levantamento de artigos é possível afirmar que o gênero se mostra como objeto de estudo relevante para a Psicologia, uma vez que está intrinsicamente ligado à formação, construção e reconstrução do sujeito em si, assim como formadora das relações sociais. Além de se constituir como um objeto de estudo valioso, a questão de gênero foi percebida como um fator que atravessa todas as áreas, como escolas, instituições governamentais, trânsito, hospitais, trabalho, lazer, entre outros. São nítidas as diferenças com que homens e mulheres são tratados na sociedade, sendo essencial que se faça um recorte de raça e etnia nesses aspectos, pois além do gênero, homens e mulheres também sofrem com o racismo.

O gênero como aspecto constituinte de relações e de subjetividade do sujeito foi abordado pelas linhas teóricas que ressaltaram sua influência no ser humano como um todo. Ademais, percebeu-se que a Psicologia Social teve maior impacto na produção científica sobre gênero, abordando as questões da violência, saúde, educação e na própria área da Psicologia, sendo que a Psicanálise se atentou a perceber os aspectos inconscientes e simbólicos do indivíduo, assim como a estrutura do complexo de Édipo em relação à construção do gênero. Enquanto isso, as outras abordagens não mostraram interesse em discutir tal assunto, enquanto objeto de pesquisa.

Leva-se em consideração que o presente trabalho, por ter utilizado a internet como ferramenta para encontrar os textos, possa ter tido acesso limitado a outros materiais que não os aqui citados. Por outro lado, como sendo o recurso mais utilizado pela população em geral e pela comunidade acadêmica para pesquisas, o ambiente virtual se apresenta como espaço de destaque para o que é publicado e conhecido sobre qualquer assunto, de modo que, faltando referências neste trabalho, essas ausências novamente indicam a debilidade com que se investe em questões de gênero no contexto da ciência psicológica.

Conclui-se, portanto, que a partir do exposto, o estudo do gênero pela Psicologia se constitui como um fator essencial para o desenvolvimento da prática profissional do psicólogo em sua relação com os indivíduos, levando em consideração que esse tema atravessa diretamente as pessoas e suas relações,

podendo ser compreendidos de forma mais integral. Em âmbito nacional foi possível apreender que, se comparado com o quanto o assunto vem sendo discutido na internet, em grupos feministas e na mídia em geral, a produção científica deixa a desejar quanto a sua produção. Isso significa que a área científica não tem dado a importância necessária no que se refere às construções culturais sobre as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, deixando várias questões envoltas em uma névoa de mistério e ignorância.

## REFERÊNCIAS

ADRIENNE, R. **Sangue, pão e poesia: prosa selecionada**. Nova York: Norton, 1979-1985.

ALVES, R. F. et al. Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. **Psicol. teor. prat.** v. 13, n. 3, p. 152-166, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872011000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000300012)>

ANJOS, K. P. L; LIMA, M, L, C. Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. **Psicol. pesq.** v. 10, n. 2, p. 49-56, 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472016000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200007)>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1979.

BONFIM, J; MESQUITA, M. R. “Nunca falaram disso na escola...”: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. **Psicol. Soc.** v. 32, 2020. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100226](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100226)>

BORGES, L. S; CANUTO, A. A. A; OLIVEIRA. D. P; VAZ, R. P. Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: Revendo Conceitos, Repensando Práticas. **Psicol. cienc. prof.** v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300016&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300016&script=sci_abstract&tlng=pt)>

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, ALMEIDA C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Soc.** v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906> acessos em 16 abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>>

BUENO, C. M. L. O papel das representações sociais e da educação para o desenvolvimento da identidade de gênero. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** v. 16, n. 3, p. 92-103, 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822006000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300011)>

CONCEIÇÃO, M. I; AUD, J. C. Compreendendo as relações de gênero por meio da vivência sociodramática. **Rev. bras. Psicodrama**. v. 18, n. 2, p. 129-143, 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932010000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932010000200009)>

COSTA, A. B; NARDI, H. C; KOLLER, S. H. Manutenção de desigualdades na avaliação do gênero na psicologia brasileira. **Temas psicol.** v. 25, p. 97-115, 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100006)>

GASPONIDI, I. B; FALCKE, D. Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. **Est. Inter. Psicol.** v. 10, n. 2, p. 59-79, 2019. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2236-64072019000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-64072019000200005&lng=pt&nrm=iso)>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed, Atlas, São Paulo, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 65-71, 1995. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso)>

GRANJA, E; MEDRADO, B. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicol. Soc.** v. 21, p. 25-34, 2009. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>

LEITE, J. F. et al. Sentidos da Saúde numa perspectiva de gênero: um estudo com homens da cidade de Natal/RN. **Psicol. cienc prof.** v. 36, n. 2, p. 341-353, 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n2/1982-3703-pcp-36-2-0341.pdf>>

MADUREIRA, A. F. A; BRANCO, A. U. Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as. **Temas psicol.** v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000300005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005)>

MARTINS, A. M; ABADE, F. L; AFONSO, M. L. Gênero e formação em psicologia: sentidos atribuídos por estudantes à saúde do homem. **Psicol. rev.** v. 22, p. 164-184, 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1677-11682016000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682016000100011&lng=pt&nrm=iso)>

MATTOS, A. R. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Rev. psicol. polít.** v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009)>

MELO, R. A; BARRETO, D. J. Formação em Psicologia: Discursos e Saberes sobre Experimentações de Gênero. **Psicol. cienc. prof.** v. 34, n. 3, p. 676-689, 2014. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000300676&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000300676&script=sci_abstract&tlng=pt)>

PAULINO-PEREIRA, F. C; SANTOS, MENDES, L. G. A; CARVALHO, S. C. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicol. Soc.** v. 29, 2017. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100411&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100411&script=sci_abstract&tlng=pt)>

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação.** v. 10, p. 53-66, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000012591/66f8bcfb9fd8f04687b756ddea24e288/> . acessos em 25 abr. 2019>

RIBEIRO, P. C. Gênero e identificação feminina primária. **Psicol. rev.** v. 11, n. 18, p. 238-256, 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682005000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682005000200007)>

RUFINO, V. M; TORRES, T. L; ZAMBRONI, P. C. S. Gênero e trabalho na psicologia: revisão sistemática e metanálise qualitativa. **Rev. psicol. organ. trab.** v. 19, n. 2, p. 588-597, 2019. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1984-66572019000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-66572019000200003)>



RUIZ, J. M; TILIO, R. Análise do discurso sobre gênero e cuidados em saúde de homens internados num hospital. **Rev. psicol. polít.** v. 20, n. 47, p. 132-148, 2020. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n47/v20n47a11.pdf>>

SANTOS, L. C. et al. Gênero, feminismo e Psicologia Social no Brasil: análise da revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). **Psicol. Soc.** v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822016000300589&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822016000300589&script=sci_abstract&tlng=pt)>

SANTOS, S. D. M; PARANAHYBA, J. C. B. Sexualidade e gênero(s): debates e desafios no estágio de licenciatura em psicologia. **Psicol. Esc. Educ.** v. 22, 2018. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572018000100083&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572018000100083&script=sci_arttext)>

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** v. 20, n. 2, p 71-99, 1995. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>

SILVA, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.** v. 26, p. 118-131, 2006. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lang=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lang=en)>

SILVEIRA, R. S; NARDI, H. C; SPINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicol Soc.** v. 26, n. 2, p. 323-334, 2014. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200009&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200009&script=sci_arttext)>

SILVEIRA, R. S; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicol. Soc.** v. 26, n. spe, p. 14-24, 2014. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000500003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000500003&script=sci_abstract&tlng=pt)>

SIQUEIRA, T. L. JOAN SCOTT E O PAPEL DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 8, n. 8, p. 110-117, 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2310>>

SULAMITH, F. **The Dialectic of Sex**. Estados Unidos: William Morrow and Company, 1970.

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIANNA, C. P. UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa. v. 34, n. 12, p. 77-104, 2004. Disponível em  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100005)>